PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JULIEN SEVERINO BARBOSA DE FREITAS

A Política Externa Brasileira do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974): as relações bilaterais com a União Soviética.

Goiânia

JULIEN SEVERINO BARBOSA DE FREITAS

A Política Externa Brasileira do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974): as relações bilaterais com a União Soviética.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Dr ^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Goiânia

FREITAS, Julien. 2020.

A Política Externa Brasileira do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974): as relações bilaterais com a União Soviética.

Julien Severino Barbosa de Freitas – Goiânia, 2020. Total de folhas: 63 f. il.

Orientador: Prof. Dr a. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

- 1. Brasil; 2. URSS; 3. Regime Militar; 4. Médici; 5. Política Externa.
- I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais. II. A Política Externa Brasileira do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974): as relações bilaterais com a União Soviética.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JULIEN SEVERINO BARBOSA DE FREITAS

A Política Externa Brasileira do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969 - 1974): As relações bilaterais com a União Soviética.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Escola de Direito e Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Dr^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

de

BANCA EXAMINADORA:	
Prof. Dr ^a Maria Cristina Nunes Ferreira Neto (Orientadora)	
Prof. M ^e Leandro Bernardes Borges	

de

Aprovado em

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais pelas condições que me deram de ingressar em uma instituição de ensino superior. Agradecê-los por sempre terem apoiado minha escolha de cursar Relações Internacionais e permitir que, quatro anos depois, eu esteja aqui concluindo esta etapa tão marcante na vida de qualquer indivíduo.

A todos os professores que estiveram presentes comigo desde o início do curso, por compartilharem conhecimentos e experiências que hoje me fazem ver o mundo com um olhar mais crítico e mais claro. Levarei esse aprendizado para o resto da minha vida.

Um agradecimento especial à minha professora e orientadora Maria Cristina Nunes Ferreira Neto, que demonstrou um enorme conhecimento sobre o tema deste TCC e que me ajudou de todas as formas possíveis no decorrer deste trabalho.

Aos meus amigos, que sempre estão dispostos a ajudar e a ouvir em momentos de dificuldades, sobretudo em um ano tão marcante e atípico como 2020.

Ao meu namorado Guilherme, que desde o início me inspirou a dar o melhor de mim mesmo neste trabalho e me apoiou em todos os momentos.

Obrigado a todos vocês!

RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender as relações entre o Brasil e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974). Para tal, fez-se uma abordagem histórica sobre as relações entre ambos os países que antecederam o período, apresentando um panorama geral de como se encontrava o mundo nos anos precedentes ao governo Médici. Demostra que o regime militar foi marcado por características heterogêneas em sua política externa, diretamente relacionada com o paradigma desenvolvimentista adotado pelo Brasil a partir da década de 1930, que colocava os interesses do país para o seu desenvolvimento acima de qualquer outra pauta. Por se tratar de um campo ainda pouco conhecido e discutido no meio acadêmico das relações internacionais, o propósito deste trabalho é analisar, investigar e compreender por que as medidas de combate ao socialismo dentro do Brasil após o Golpe de 64, que levaram à promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5) em 1968, não afetaram de forma expressiva suas relações com o líder do bloco socialista, sendo inclusive um dos momentos de maior estabilidade entre esses dois países no século XX, sobretudo na área econômica.

Palavras-chave: Brasil; URSS; Regime Militar; Médici; Política Externa; Socialismo, Desenvolvimento.

ABSTRACT

The aim of this study is to understand the relations between Brazil and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), during the government of Emílio Garrastazu Médici (1969 - 1974). To this end, a historical approach was made on the relations between both countries that preceded the period, showing an overview of how the world behaved in the years that anteceded the Médici government. It evidences that the military regime was marked by heterogeneous characteristics in its foreign policy, directly related to the developmental paradigm adopted by Brazil from the 1930s, which placed the country's development above any other agenda. As it is a field still little known and discussed in the academic world of international relations, the purpose of this paper is to analyze, investigate and deepen how the measures to combat socialism within Brazil after the Coup of 64, which led to the promulgation of the *Ato Institucional* n°5 (AI-5) in 1968, did not significantly affect their relations with the leader of the socialist bloc, being even one of the moments of greater stability between both countries in the 20th century, especially in the economic area.

Key Words: Brazil; USSR; Military Regime; Médici; Foreign Policy; Socialism; Development.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Al-5 – Ato Institucional nº5

CESP - Centrais Elétricas de São Paulo

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CODI - Centro de Operação de Defesa Interna

COMECON - Conselho para Assistência Econômica Mútua

DOI- Destacamento de Operações e Informações

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

IBC - Instituto Brasileiro de Café

NEP - Nova Política Econômica

OBAN – Operação Bandeirante

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PEI - Política Externa Independente

PIB - Produto Interno Bruto

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

SUNAMAM - Superintendência Nacional de Marinha Mercante

TNP - Tratado de Não Proliferação Nuclear

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS/TABELAS/GRÁFICOS

Figura 1: Mapa Múndi durante a Guerra Fria dividido entre os blocos capitalis	sta e
socialista	12
Tabela 1: Os dois grupos políticos à época	27
Tabela 2: Ministros das Relações Exteriores do Brasil de 1889 a 1902	31
Gráfico 1: Exportações ao bloco soviético e à URSS (1945 –1953)	36
Gráfico 2: Importações do bloco soviético (1945 – 1953)	36
Gráfico 3: Exportações para o bloco soviético e a URSS entre 1959 e 1964	38
Gráfico 4: Importações do bloco soviético e URSS entre 1959 e 1964	38
Gráfico 5: Médias móveis quinquenais da taxa de crescimento do PIB brasileiro (1	905-
2000)	47
Tabela 3 : Distribuição das exportações brasileiras (1948-1975)	48
Gráfico 6: Exportações para o bloco soviético e URSS (1964 - 1974)	54
Gráfico 7: Importações do bloco soviético e URSS (1964 - 1974)	55
Gráfico 8: Comércio Brasil-URSS (1959-1985) em milhões US\$. Valores exporta	ação
FOB e importação CIF	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM TEMPOS DE GUERRA FRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AUTONOMIA	
1.1 Expectativas de um novo mundo multipolar	11
1.2 - A crescente autonomia da Política Externa Brasileira	15
1.3 - Antecedentes da Política Externa do Governo Médici: O Projeto Desenvolvimentista	17
CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E URSS: ACERTO E DESACERTOS)S 23
2.1 – Política Externa do Brasil Imperial: reconhecimento e inserção no sistema internacional	23
2.2 - A Política Externa Czarista no Século XIX	29
2.3 - A Política Externa Brasileira na Primeira República	29
2.4 - A Política Externa Russo/Soviética no século XX	32
2.5 – A Política Externa do Brasil e URSS após a Segunda Guerra Mundial	35
CAPÍTULO 3 – BRASIL E URSS : RELAÇÕES BILATERIAS NO CENÁRIO DA BIPOLARIDADE	40
3.1 Governos Militares Brasileiros e a URSS : diálogos e relações possíveis	40
3.2 A Política Doméstica e o Milagre Econômico	43
3.3 - A Política Externa do Governo Médici (1969-1974) e a URSS	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	59

INTRODUÇÃO

Considerando que grande parte dos estudos e pesquisas sobre o regime militar são voltados mais especificamente para questões sobre o autoritarismo interno e o alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA) este trabalho busca compreender e expandir o conhecimento sobre a política externa da época, em especial, do governo do presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1979) com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A metodologia adotada neste estudo fundamenta-se em pesquisas bibliográficas a partir de uma análise qualitativa para compreender e problematizar, com base no referencial teórico apresentado, a afirmação de que o Brasil mantinha relações comerciais e/ou políticas com o bloco comunista, mais precisamente com a URSS, nos anos de maior autoritarismo do governo brasileiro.

Assim, esse estudo analisa o período histórico delimitado em tela, identificando as principais características da política externa brasileira que o precederam para, em seguida, compreender de que maneira o desenvolvimento do relacionamento entre o Brasil e a URSS se mostrou importante para o país em plena Guerra Fria, quando o Brasil encontrava-se alinhado, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, com os EUA.

Para melhor compreender esse estudo, deve-se de antemão buscar o conceito de política externa, a partir da visão de alguns autores que estudam o tema, para que se possa prosseguir de forma mais clara e objetiva com o tema deste trabalho.

O surgimento histórico da política externa está diretamente relacionado com o conceito de Estado-Nação¹. Com a Paz de Westfália, em 1648, ficaram estabelecidas as características determinadas para um país soberano acima de qualquer outro poder (CASTRO, 2001).

Para o sociólogo francês Marcel Merle, "A Política Externa é constituída por um conjunto de iniciativas que emanam do ator estatal, tendo em vista mobilizar para o serviço o máximo de fatores disponíveis, tanto no ambiente interno, quanto no ambiente externo" (MERLE, 1985, p. 260, tradução nossa). Ou seja, nas palavras do autor, o Estado é quem desempenha a função de buscar as melhores oportunidades para o país, sejam elas em âmbito interno ou externo.

¹ Tipo de sociedade político-territorial soberana, formada por uma nação, um Estado e um território (BRESSER-PEREIRA, 2017 p.158).

Segundo o historiador brasileiro Paulo Fagundes Vizentini,

A política exterior envolve aspectos mais determinados dentro do conjunto das relações internacionais. Ela enfoca a orientação governamental de determinado Estado a propósito de determinados governos e/ou estados ou, ainda, regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas. A interação, conflitiva ou cooperativa, das políticas externas deve ser considerada como parte de um sistema mundial, constituindo, então, em seu conjunto, a política internacional (VIZENTINI, 1999, p,134).

A partir destes conceitos, podemos perceber que o Brasil, ao longo dos anos, adotou diversas políticas que guiaram suas relações exteriores, que serão comentadas mais a frente neste trabalho. Os estudos realizados por Andrew Hurrell (2013) evidenciam a diversificação da diplomacia brasileira na segunda metade do século XX, que procurava tornar o país cada vez menos dependente de um só país nas suas relações internacionais (HURREEL, 2013, p.6). Nas palavras de Hurrell,

[...] a autonomia pode ser definida como o grau de independência efetiva que um estado é capaz de atingir. É, portanto, por definição, um conceito relativo, com todos os estados encontrando em um *continuum*² a autonomia, por um lado, e a dependência do outro" (HURRELL, 2013, p.8, tradução nossa).

Em 1972, o ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barbosa afirmava que o mundo dividido em dois grupos não existia mais no sistema internacional, e que isso levava ao enfraquecimento das duas superpotências, URSS e EUA (BARBOSA, 1972, p.279 *apud* HURRELL, 2013, p.19, p.191). Isto não mudava as intenções brasileiras, cujo principal objetivo era o desenvolvimento.

Nos últimos anos, o crescimento do Brasil, a identificação de seus novos interesses nacionais e a contínua modificação desses interesses significou que se tornasse necessária a ampliação contínua do escopo de nossas atividades diplomáticas no mundo (BARBOSA, 1972, p.279 *apud* HURRELL, 2013, p.192, tradução nossa).

A partir dessas informações, este estudo procura evidenciar a postura mais autônoma do Brasil adquirida a partir do final da década de 1960, demonstrando como a conjuntura internacional naquele momento favoreceu a adoção de uma política externa com maior grau de independência. É importante lembrar que essa mesma tentativa falhou durante os governos que precederam 1964, mas que teve maior êxito nos próprios governos militares.

² Teoria que explica variações que envolvem transições quantitativas graduais

CAPÍTULO 1 - A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA EM TEMPOS DE GUERRA FRIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE AUTONOMIA

Com intuito de análisar a política externa adotada pelo governo Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), torna-se necessário fazer de antemão a retomada de alguns aspectos históricos dos anos que precederam o seu governo. Esta retrospectiva retrata primeiramente o cenário internacional ao longo da década de 1960, por considerá-la fundamental para compreender como as ações e acontecimentos que envolveram as duas grandes superpotências mundiais da época, EUA e URSS, influenciaram a condução da política externa brasileira a partir de 1969.

A análise das políticas adotadas pelos governos que antecederam a presidência de Médici também é uma peça chave para o entendimento da condução da política externa naquele período. Assim, este capítulo expõe uma breve análise das particularidades das políticas desenvolvimentistas implemetadas pelos governos brasileiros desde a década de 1930.

1.1 Expectativas de um novo mundo multipolar

A fim de melhor compreender o contexto em que Médici assumiu o poder em 1969, devemos primeiramente analisar como o mundo se comportava em um cenário bipolar. É importante acompanhar os principais acontecimentos da época, tanto interna quanto externamente, pois serão norteadores para entender como foi possível a tomada do poder pelos militares no Golpe de 1964 no Brasil e a consequente condução das políticas externas dos governos militares.

A Guerra Fria teve início logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Esse período ficou conhecido pela divisão do mundo em dois blocos ideológicos antagônicos, como se pode observar na Figura 1. O primeiro bloco era o capitalista, liderado pelos EUA, enquanto o socialista, era encabeçado pela URSS. O conflito perdurou até o início dos anos 1990, sendo um dos marcos para seu fim a queda do Muro de Berlim, em 1989, culminando com a dissolução do gigante euroasiático, em 1991.



Figura 1: Mapa Múndi durante a Guerra Fria dividido entre os blocos capitalista e socialista

Fonte: Enciclopédia Global.

O início da década de 1960 foi um dos períodos de maior escalada de tensões de toda a Guerra Fria. A corrida espacial e armamentista estava no seu auge, após a URSS lançar o primeiro foguete em órbita terrestre em 1957. Este evento acelerou o processo de desenvolvimento espacial estadunidense, que culminou na operação Apollo 11, levando assim o primeiro homem em solo lunar, em 1969. Do outro lado, a corrida armamentista entre as duas superpotências deixou o mundo aflito ao longo da década de 1960, já que um conflito nuclear entre EUA e URSS representaria a "destruição de Hiroshima" em escala global.

Há de se lembrar que, após o desenvolvimento da bomba atômica pelos soviéticos em 1949, o crescimento das armas nucleares ocorreu de forma exponencial nas décadas seguintes, tendo como ápice a Crise dos Mísseis em 1962. Este incidente ocorreu quando a URSS instalou mísseis de longo alcance em território cubano, capazes de atingir o solo americano, o que quase ocasionou uma Terceira Guerra Mundial. Este marco da Guerra Fria mostrou a necessidade de maior diálogo entre as

partes envolvidas para que uma nova crise como a de Cuba fosse evitada posteriormente (AVILA, 2012).

A tentativa de apaziguamento entre os dois blocos pôde ser vista com a criação do "telefone vermelho" ou "*Hotline*" em 1963, que na verdade era um contato via email graças a um computador específico localizado nos próprios Departamentos de Estado de ambos os países. Por meio deste mecanismo, Washington e Moscou buscavam manter as discussões sem envolver futuras crises, como aquela ocorrida na ilha caribenha (ISIKOFF, CORN, 2018). Apesar dos esforços, a tentativa foi falha, já que não foi capaz de impedir que um dos conflitos mais sangrentos da época, a Guerra do Vietnã³ (1955 a 1975), perdurasse por mais de uma década. Este conflito repercutiu em todo o mundo, e exigia, dentre outras reivindicações, o fim da intervenção no país asiático, gerando um dos movimentos mais conhecidos da época, o movimento Hippie, cuja demanda central era a paz.

Após mais de duas décadas da implementação do Plano Marshall⁴, diversos países já tinham conseguido formular sua economia e voltaram a ter participações mais ativas no cenário mundial, sendo alguns com o avanço da tecnologia nuclear. Este fator diminuiu as disparidades existentes no mundo desde o fim da Segunda Guerra Mundial, permitindo o soerguimento de algumas das antigas potências europeias, como a França, além da aparição de países periféricos, como Índia e Paquistão, que também passaram a adquirir tecnologia nuclear para o desenvolvimento de armas nucleares. Desta forma, houve uma tendência de contrabalanceamento da então exclusividade por parte dos EUA e da URSS, tornando o mundo cada vez menos bipolar (SATO, 1998).

Com o aumento em massa da produção de armamentos nucleares por parte de outros países, decidiu-se criar um instrumento para frear a proliferação da tecnologia utilizada para produzir ogivas nucleares. De forma que em 1968 as nações

³ Conflito entre o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, no período de 1959 a 1975. Esse conflito foi motivado por questões ideológicas e contou com a intensa participação do exército americano de 1965 à 1973. Estima-se que, nessa guerra, tenham morrido mais de 1,1 milhões de pessoas (BBC NEWS, 2015).

⁴ Projeto elaborado pelos EUA ao final da Segunda Guerra Mundial com intuito de ajudar economicamente os países do continente europeu a se reerguerem após. Este plano não era um projeto apenas de natureza econômica, fazia parte também de um projeto de estratégia no que diz respeito à segurança dos países da Europa Ocidental contra a expansão da União Soviética que acontecia em especial no Leste europeu (SATO, 1998).

decidiram discutir sobre o tema e criaram o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP). Este projeto determinava que os países que ainda não tivessem realizado testes nucleares até julho de 1967 concordariam em renunciar ao desenvolvimento e aquisição de armas nucleares em troca de tecnologia nuclear para fins pacíficos. Para os países que já possuíam o armamento, como EUA e URSS, determinou-se a partir do tratado o congelamento das produções (ORTEGA, 2018).

No Brasil, o governo Arthur da Costa e Silva (1967-1969) se recusou a assinar o TNP. De acordo com Miyamoto e Gonçalves (1993, p.13), o governo considerava que "a nuclearização pacífica constituía um direito inalienável e que a renúncia a esse direito contribuía para a cristalização do poder condominial das potências já nuclearizadas". Segundo Patti (2012), o Brasil só assinaria o acordo se medidas com intuito de desarmar as grandes potências nucleares fossem de fato efetivadas, e se o acesso à tecnologia nuclear no país não fosse barrado. Na época, a tecnologia nuclear era considerada essencial para o desenvolvimento e aumento da produção de energia no país, tanto que, em 1972, teve início a construção da Usina Nuclear Angra 1, iniciando suas operações em 1985.

Portanto, pode-se observar que, os acontecimentos ao longo dos anos 1960 colocavam as demais nações em pauta nas decisões políticas mundiais, e contribuíram para uma mudança de comportamento das duas grandes potências da época, evidenciando a incapacidade das mesmas em determinar a conduta dos países aliados. Ao final da década, o mundo já não estava mais sob as mesmas tensões, o que permitiu maior diálogo entre os blocos capitalista e comunista, período que ficou conhecido como détente (SARAIVA, 2008).

A détente foi classificada pelos historiadores como um dos momentos mais tênues da Guerra Fria, que perdurou de 1969 a 1974. Esse termo, de origem francesa, pode ser traduzido como "relaxamento" ou "apaziguamento". Portanto, este marco retrata o momento de gradual flexibilização da ordem bipolar vigente, que iniciou um processo multipolar na ordem mundial, em grande parte devido ao "afrouxamento dos laços do sistema capitalista e subsistema socialista com seus satélites; o policentrismo econômico, resultante da prosperidade da Europa [...]" (SARAIVA, 2008; SOUTO, 1998, p. 94).

Os avanços no entendimento entre EUA e URSS eram claros. Foi possível, a partir de então, retomar fluxos comerciais entre URSS e países capitalistas ocidentais,

como também a criação do *Export Administration Act* ⁵(1969) pelos EUA, que facilitava o intercâmbio comercial principalmente com países do Leste sob influência soviética. Os cinco primeiros anos da década de 1970 foram caracterizados pelo salto das exportações ocidentais rumo ao gigante soviético que, segundo os defensores da *détente*, garantia a paz nas relações Leste-Oeste (SARAIVA, 2008, p.69).

Na América Latina, a *détente* fortaleceu a inserção internacional do continente. Com as tensões diminuindo entre os dois blocos antagônicos, a questão da autonomia entre os países, em específico no Cone Sul, que se tornou um debate cada vez mais recorrente, uma vez que o continente havia sido, em sua quase totalidade, palco de intervenções em prol de sua segurança nacional (SARAIVA, 2008). Ainda segundo o autor, a maior participação nas discussões de fóruns e eventos internacionais permitiu que os governos da época buscassem maior autonomia na condução de suas políticas, ocasionando assim um processo de desideologização das relações internacionais no continente, especialmente no Brasil. Esse processo culminou em uma ruptura da visão dependentista que estava fortemente presente na política externa dos governos anteriores.

1.2 - A crescente autonomia da Política Externa Brasileira

A atuação dos EUA na política mundial é um processo relativamente recente. Este papel mais ativo no cenário global se deu a partir dos anos 1930. Até então, o país evitava qualquer envolvimento externo, pois afirmavam que este tipo de política seria prejudicial aos interesses norte-americanos. Para Sato (1998), foi a partir da Crise de 1929 que o país viu o impacto que sua economia de fato tinha sobre as demais nações.

O processo de desenvolvimento norte-americano exigia uma enorme quantidade de matérias-primas, encontradas principalmente nos países do "Terceiro Mundo", como por exemplo no Brasil e no restante da América Latina. Por este motivo, os EUA tinham grande interesse na condução da política interna e externa dos países latino-americanos, em especial o Brasil, já que desde a Segunda Guerra Mundial o

-

⁵ Documento que flexibilizava as regras de controle de exportações de materiais sensíveis (SARAIVA, 2008, p. 69)

país era responsável por fornecer matéria-prima para o desenvolvimento da economia e segurança norte-americana (BRAGA, 2002).

Em seu relatório *National Security Study Memorandum 200*, Henry Kissinger (1974), então diretor do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos, anunciava que a economia norte-americana precisava de grandes quantidades de recursos naturais e minerais provenientes do exterior, especialmente dos países menos desenvolvidos, para manter seu desenvolvimento. Esta constatação ampliava o interesse dos EUA na estabilidade social, política e econômica dos países fornecedores, particularmente, os da América do Sul (BRAGA, 2002).

Em seu artigo, Paulo Romeu Braga (2002, p.48) coloca que, para os estrategistas da época, o atraso econômico, militar e social da América Latina poderia ocasionar revoltas lideradas por grupos ligados às ideias socialistas, colocando em xeque os interesses estadunidenses no continente sul-americano. O Departamento de Estado norte americano havia decidido que "a América Latina deveria constituir-se em uma reserva estratégica para garantir o poderio econômico e militar dos EUA dentro do novo arranjo mundial que deu origem à Guerra Fria".

O cientista político brasileiro Hélio Jaguaribe (1986), definiu quatro níveis de autodeterminação dos Estados, sendo eles: supremacia geral, supremacia regional, autonomia e dependência. Ainda segundo o autor, a totalidade dos países da América Latina estaria no grau de dependência, com exceção do Brasil, que pouco a pouco caminhava para uma autonomia regional (JAGUARIBE, 1986 *apud* SOARES, s/d).

A autonomia, segundo o cientista político argentino Juan Carlos Puig, se referia "à capacidade da nação para optar, decidir trabalhar por si mesma" ou "a máxima capacidade de decisão própria que se pode obter, tendo em conta os condicionamentos objetivos do mundo real" (PUIG, 1969 *apud* SOARES, s/d). Ainda de acordo com Puig, apenas a integração entre países igualmente dependentes tornaria possível um cenário de maior autonomia. De forma isolada, os países continuariam à mercê de países considerados como "supremacia geral", descrita por Jaguaribe (1986).

No livro "A História da Política Exterior do Brasil", Cervo e Bueno (2011) determinam que o maior grau de autonomia adquirido pelo Brasil durante o período da Guerra Fria ocorreu a partir de 1967. Para eles,

[...] desde Costa e Silva, os governos mantiveram no Brasil, com censo de oportunidade, o propósito de utilizar o setor externo para auxiliar o crescimento econômico. A realização desse objetivo estava, todavia, condicionada às mudanças do sistema internacional, aos obstáculos e possibilidades oferecidas. O controle da ordem pelas duas superpotências foi afetado com os progressos da *détente* e a diversificação dos *loci* de poder: Estados Unidos, União Soviética, Comunidade Europeia, Japão, China e OPEP, diante dos povos em vias de desenvolvimento. Trata-se do chamado policentrismo (CERVO; BUENO, 2011, p.415).

O governo Costa e Silva representou uma ruptura em relação aos governos anteriores por ter contrariado de forma direta os interesses norte-americanos. Sua política buscava maior autonomia em relação ao seu principal aliado, tendo como objetivo principal a diversificação do mercado, buscando estreitar laços com países de Terceiro Mundo e com o bloco socialista (VIZENTINI, 1999).

Vale ressaltar que, o Brasil foi o país no continente latino-americano que apresentou melhor desempenho no processo de alcançar maior autonomia, graças à política nacional-desenvolvimentismo, que visava seus próprios interesses nacionais e internacionais, com objetivo de diminuir sua dependência, em particular dos EUA, mas sem a intenção de confrontá-lo diretamente (SOARES, s/d). Todos esses fatores estavam diretamente relacionados para almejar a realização do projeto Brasil Potência, que será melhor discutido ao longo deste capítulo.

1.3 - Antecedentes da Política Externa do Governo Médici: O Projeto Desenvolvimentista

De acordo com Amado Cervo (2003, p.8), as diretrizes da política externa brasileira sofreram alterações ao longo dos anos. O autor classifica quatro paradigmas (metodologias) que orientaram as relações internacionais do Brasil desde sua independência, sendo eles: liberal-conservador (século XIX até 1930); desenvolvimentista (1930 - 1989); e, por último, dois que estão em disputa para se tornarem dominantes, o neoliberal (1990 - 2002) e o logístico (no início do século XXI).

Ao longo dos 30 anos que antecederam o Golpe militar de 1964, os governantes sempre buscaram atingir o desenvolvimento do país. Contudo, cada governo adotava diferentes metodologias, ditadas em grande parte pelo cenário internacional vigente em seus respectivos períodos que moldavam a conduta interna e principalmente externa do país (CERVO, 2003).

A Grande Depressão de 1929 causou um enorme abalo na política comercial brasileira. O café representava 71% das exportações do país, que tinha como principal comprador os EUA. Com a crise, ficou claro que a concentração das exportações praticamente num único produto, o café, era o maior entrave ao desenvolvimento econômico nacional (BAER, 1996, p. 50 apud. MARTINS, KRILOW, 2015, p. 8).

Ao assumir o poder em 1930, Getúlio Vargas planejou um novo modelo de desenvolvimento econômico. O período conhecido como Era Vargas, de 1930 a 1945, inaugurou um novo discurso em prol do "desenvolvimentismo". Este discurso tinha como base três pontos: a defesa da industrialização, a defesa do intervencionismo estatal em benefício do crescimento nacional e a defesa do nacionalismo. Para Getúlio Vargas, a indústria era a chave para o desenvolvimento, por isso o governo focava sua atenção na siderurgia, energia elétrica e no petróleo. Sem esses recursos não seria possível ampliar a indústria brasileira (BASTOS, FONSECA, 2012).

Ao assumir a presidência da república em 1956, Juscelino Kubitschek (1956-1961) lançou uma política econômica conhecida como nacional-desenvolvimentista. Essa expressão sintetizava uma combinação entre Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro para a promoção do desenvolvimento. O famoso lema "50 anos em 5" buscava a industrialização brasileira por meio da substituição de importação e a construção da nova capital federal: Brasília. Todas essas políticas de desenvolvimento estavam descritas no Plano de Metas⁶ de seu governo para o desenvolvimento econômico e industrial do país (CAMPOS, 2007).

Na sequência, Jânio Quadros (1961-1961) ocupou a presidência com maiores ambições quanto a política externa. O país visava acima de tudo o desenvolvimento industrial, diversificação do comércio exterior e no desenvolvimento de uma política

⁶ O Plano de Metas foi elaborado abrangendo cinco setores fundamentais: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. O primeiro setor foi o de energia, com 43,4% do investimento, subdividido nas metas de energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral, produção e refino de petróleo. O segundo setor era o de transportes, que abrangia 29,6% do investimento e compreendia as metas de reaparelhamento ferroviário, construção ferroviária e rodoviária, pavimentação de rodovias, serviços portuários e de dragagem, marinha mercante e transportes aeroviários. O terceiro setor era o de alimentação, com apenas 3,2% dos investimentos, destinados às metas relativas ao trigo, armazenagem e silos, matadouros e frigoríficos, mecanização da agricultura e fertilizantes. O quarto setor era o de indústrias de base, com 20,4% dos investimentos para as metas industriais dos seguintes setores: siderurgia, alumínio, cimento, álcalis, papel, celulose e borracha, metais não ferrosos, automobilístico, construção naval, exportação de minério de ferro, mecânica e indústria de material elétrico. O quinto setor compreendia a meta de educação e tinha 3,4% dos investimentos, destinados à formação de pessoal técnico. No programa já estava prevista a expansão dos setores energéticos e de transportes e o crescimento da indústria de base (PLANO DE METAS, 1958).

externa independente que, em seu conjunto, passou a ser chamada de Política Externa Independente (PEI), vigente nos governos de Jânio Quadros e João Goulart entre 1961 e 1964. Assim, sinteticamente, conclui-se que o país não pretendia continuar sendo apenas um fornecedor de matérias-primas para as potências da época, mas buscava maior visibilidade no cenário internacional (BRAGA, 2002, p.49).

O período de 1961 a 1964 foi marcado por uma clara tentativa de rompimento com o modelo bipolar vigente. A PEI surgiu como uma proposta baseada em três pilares: o universalismo, o independentismo e o desenvolvimentismo. Este documento, segundo Manzur (2014), buscava projetar as relações internacionais do país para além do conflito ideológico no auge da Guerra Fria, que para muitos era uma estratégia completamente equivocada naquele momento.

Na época, vivia-se um contexto bastante polarizado, as opiniões encontravamse claramente divididas. De um lado estavam aqueles que defendiam a manutenção e o incremento dos laços políticos e comerciais do Brasil com os EUA. Do outro lado, estavam aqueles que lutavam contra o chamado "imperialismo ianque", defendendo maior autonomia para a abertura e expansão de relações internacionais, inclusive, com os países do bloco comunista. Lembra-nos Manzur (2014), que foi essa polarização que serviu de pretexto para que os militares estimassem como "legítima" a tomada de poder em 1964.

Jânio Quadros defendia que todos os países seriam potenciais parceiros comerciais e diplomáticos, independente do bloco ideológico do qual eles fizessem parte. Afirmava ainda que a maior disparidade entre Norte e Sul era econômica, e não ideológica, e por isso acreditava ser possível estreitar relações com países de ideologia oposta, chamada por alguns autores de "desideologização da política externa" (ARINOS FILHO, 2001, p. 156 *apud* MANZUR, 2014, p.183-184).

Em síntese, a política externa de Jânio Quadros abrangia os seguintes temas: projeção internacional do Brasil como país livre do conflito ideológico vigente, ampliação de parceiros internacionais em prol do desenvolvimento interno e defesa do discurso diplomático na promoção da paz e justiça (MANZUR, 2014, p.186).

Após a renúncia de Jânio Quadros ainda em 1961, assumiu a presidência da República João Goulart que, naquele momento, estava em missão diplomática na China, em busca de incrementar relações políticas e comerciais com o gigante asiático. O então presidente buscou manter as diretrizes da PEI adotada por seu

antecessor, mas foi rapidamente criticado pelas reformas de base que queria implementar internamente. Dentre as propostas, estava a reforma agrária, que rapidamente mobilizou as oligarquias rurais do país, que temiam que seu governo se tornasse uma ditadura de esquerda (MANZUR, 2014).

De acordo com Miyamoto e Gonçalves (1993), a motivação do golpe militar realizado no país, em 1964, se baseou justamente na adoção de políticas sociais do então presidente João Goulart nos anos que precederam 1964. Estas eram entendidas pelos militares e por parcelas conservadoras da sociedade civil como medidas diretamente relacionadas com políticas de esquerda e apoiadas pelo regime soviético. Esta nova fase da política brasileira liderada pelos militares foi amplamente aceita pelos setores das oligarquias e da classe média alta do país que temiam que o Brasil se tornasse uma nova Cuba.

O primeiro presidente a assumir o cargo no regime militar foi Humberto de Alencar Castelo Branco (1964 a 1967). Este teve um apoio do governo norte americano, que também observava com receio as políticas que vinham sendo adotadas por Jânio Quadros e João Goulart. Assim, o Golpe de 1964 contou com o apoio estadunidense, que abrangia apoio logístico e bélico arquitetado pelo então embaixador americano Lincon Gordon. Esta operação ficou conhecida como Operação *Brother Sam*⁷.

Às 11h30 da manhã de 31 de março de 1964, quando Mourão mal tinha tirado seu roupão de seda vermelho [...] estavam reunidos em Washington o secretário de Estado, Dean Rusk, o secretário de Defesa, Robert McNamara, o chefe da junta de chefes de Estado-Maior, general Maxwell Taylor, e o diretor da CIA, McCone. A agenda tinha seis itens. O quarto era um relatório sobre "a capacidade de apoio aéreo e naval americano" aos revoltosos. A Casa Branca acordara cedo. Uma hora e vinte minutos depois dessa reunião, enquanto Mourão dormia a sesta, o contra-almirante John Chew, vice-diretor de operações navais, ordenava ao comandante-em-chefe da Esquadra do Atlântico o deslocamento de um porta-aviões à frente de uma força-tarefa para a "área oceânica nas vizinhanças de Santos, Brasil (CORRÊA, 1977, p. 32 apud GASPARI, 2014).

Apesar dos esforços, não houve a necessidade de realizar a operação, já que não houve resistência por parte do governo ligado à Goulart e outros grupos de esquerda. Desta forma, ao assumir a presidência, Castelo Branco determinou apoio

⁷A Operação Brother Sam era um plano de emergência dos Estados Unidos que determinava o deslocamento de uma força tarefa naval, incluindo um porta-aviões, para a costa brasileira com o objetivo de assegurar que tropas soviéticas ou favor de Goulart não interferissem no Golpe Militar.

total às políticas determinadas pelos EUA para fortalecer o vínculo com seu maior parceiro comercial. Além disso, o novo governo precisava levar maior confiança às oligarquias e à classe média alta brasileira de que o país não corria mais o risco de ser tomado pelos soviéticos sob o novo regime. Umas das primeiras medidas adotadas em seu governo foi romper relações diplomáticas com Cuba, sob alegação de que a ilha era uma ameaça aos negócios internos brasileiros (SIMÕES, 2010).

Ainda de acordo com Simões (2010), Castelo Branco herdou uma sociedade ainda muito dividida quanto ao rumo que a política externa do país seguiria. O primeiro tom adotado pelo governo foi a tentativa de romper com a política externa precedente, como forma de garantir o apoio dos adeptos ao regime militar. Mas, passados os primeiros meses, o governo iniciou um posicionamento mais objetivo para o bem dos interesses nacionais. Mesmo assim, o governo buscou ao máximo se distanciar narrativa do governo anterior, se mantendo alinhado de forma quase que exclusiva com os EUA.

Na I Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), ainda em 1964, o Brasil colocava a necessidade de reformas no comércio internacional como uma exigência para o desenvolvimento interno e externo do país. Assim, era possível notar que o pragmatismo comercial passava a falar mais alto do que as ideologias impostas pela Guerra Fria (GARCIA, 2005 p. 191).

Entretanto, nos anos de governo do presidente Arthur da Costa e Silva (1967-69), o país passou a adotar um discurso mais "independentista" em relação aos dois blocos vigentes na época. O termo "Diplomacia da Prosperidade", adotado neste governo, eliminou o conceito de bipolaridade da política externa brasileira, além de determinar a interdependência militar, política e econômica. Em um discurso, o presidente afirmou que: "Daremos, assim, prioridade aos problemas do desenvolvimento. A ação diplomática de meu Governo visará, em todos os planos bilaterais, ou multilaterais, à ampliação dos mercados externos" (MIYAMOTO, GONÇALVES, 1993, p.11). Essa afirmação evidenciou uma nova postura da política externa, cujo objetivo principal era promover o desenvolvimento do país, e que se distanciava cada vez mais da política de segurança coletiva, que anteriormente caminhava lado a lado com a política externa.

A política de não dependência com os EUA também é descrita pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2007) que, em seu artigo "O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS", afirma que foi a partir do governo Costa e Silva que

[...] a diplomacia brasileira buscou diversificar a pauta de relações internacionais e diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos, processo que colocou em foco a abertura de novas oportunidades no Terceiro Mundo, notadamente na Ásia e África (MOTTA, 2007 p.16).

Desta forma, percebe-se que a conjuntura internacional da época moldava os rumos que as relações internacionais do Brasil seguiriam, facilitando, ou não, a busca brasileira por maior diversificação de parceiros externos. O clima de maior apaziguamento que se construía entre as duas super potências se apresentou no momento em que o país buscava ampliar seus laços comerciais e diplomáticos com as nações ditas "não tradicionais". Esse processo iniciou uma maior autonomia frente às alianças formadas ao final da Segunda Guerra, diversificando os parceiros estrangeiros.

CAPÍTULO 2 – AS RELAÇÕES BILATERAIS ENTRE BRASIL E URSS: ACERTOS E DESACERTOS

Este capítulo procura compreender a política externa brasileira e russa, iniciada a partir da independência do Brasil em 1822, e sua evolução ao longo dos séculos XIX e XX.

Assim, procura apresentar uma análise sucinta da política externa do Império brasileiro e dos primeiros anos da República, como também do Império russo czarista, abrangendo o período da Revolução Russa em 1917 até 1922, quando a Rússia passa a adotar o nome URSS, que perdurou durante todo o período da Guerra Fria. Paralelamente, o capítulo apresenta as relações comerciais entre os dois países e sua evolução até os últimos anos que antecederam o governo Médici, sublinhando os momentos de rupturas diplomáticas e comerciais que ocorreram ao longo da primeira metade do século XX.

2.1 – Política Externa do Brasil Imperial: reconhecimento e inserção no sistema internacional

Durante o Congresso de Viena, em 1815⁸, as principais potências da Europa demonstraram ser completamente contrárias às ideias de liberdade individual, de igualdade social e de soberania nacional. Entretanto, essas ideias, entendidas por esses atores na época como reacionárias, fortaleceram-se no tratado de 26 de setembro de 1815, entre a Áustria, Prússia e Rússia, dando origem à Santa Aliança, uma coligação entre as grandes potências monarquistas da Europa: Império Russo, Império Austríaco e Reino da Prússia. Esta aliança visava conter quaisquer novos levantes que trouxessem pautas republicana e anti-monarquistas. Assim, o rompimento brasileiro como colônia em relação à sua metrópole em 1822 despertou insatisfações por parte de grandes impérios da Europa, dentre eles a Rússia.

Ao decretar a independência do Brasil, Dom Pedro I precisava elaborar as diretrizes que conduziriam a nova nação. Assim, os primeiros passos a serem feitos pelo nascente império brasileiro estavam relacionados a fatores internos e externos,

⁸ Conferência realizada após a queda de Napoleão Bonaparte entre as principais monarquias europeias (Reino Unido, Rússia, Áustria, Prússia), para redefinir as fronteiras e restabelecer os reinados que haviam sido depostos por Napoleão.

e requeria todo cuidado para que estes dialogassem com os interesses da nação. Desta forma, ao estudarem o período, Cervo e Bueno (2011) determinam quatro variáveis de natureza histórica e estrutural que iriam condicionar a elaboração e a execução da política externa brasileira nesse período inicial: o jogo das forças que compunham o sistema internacional no início do século XIX e os objetivos dos Estados dominantes; a inserção do continente americano nesse sistema; a herança colonial brasileira tanto socioeconômica quanto jurídico-política; e o precoce enquadramento luso-brasileiro no sistema internacional vigente, por meio da aliança inglesa.

Mesmo adquirindo um caráter independente em sua política externa, o Brasil ainda era fortemente influenciado pela hegemonia inglesa sobre Portugal, estabelecida por meio de uma aliança histórica, cujos efeitos foram transferidos ao Brasil, como a intervenção da política inglesa nas decisões da corte do Rio de Janeiro, conforme os termos dos tratados de 1810⁹ (CERVO, BUENO, 2011).

Após o processo de emancipação, o primeiro passo do governo brasileiro no campo das relações internacionais foi desmembrar a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros da Secretaria dos Negócios da Guerra. Dessa forma, o país passava a adquirir seu primeiro ministério autônomo para assuntos de política internacional. Posteriormente, com a promulgação da primeira Constituição em 1824, determinou-se que o Poder Executivo estaria encarregado de arbitrar as relações internacionais, e ao Poder Legislativo a responsabilidade de aprovação de tratados somente quando envolvessem questões territoriais (CERVO, BUENO, 2011).

Após erguer as instituições que iriam reger as questões internacionais mencionadas anteriormente, o país tinha como principal meta buscar o reconhecimento externo como país soberano. O processo de emancipação brasileiro interessava, principalmente, à Grã-Bretanha¹⁰, aos Estados Unidos¹¹ e aos novos Estados hispano-americanos¹², que estavam em busca de novos mercados (CERVO, BUENO, 2011).

⁹Os acordos comerciais dos tratados de 1810 estabeleciam uma taxa de importação de 15% ad valorem sobre os produtos britânicos (sistema de Nação mais favorecida) no Brasil. As demais nações amigas pagariam impostos de 24% (ARUDA, 1980).

¹⁰ A independência dos países das Américas serviria como válvula de escape ao bloqueio continental imposto por Napoleão à Grã-Bretanha.

¹¹ A Doutrina Monroe foi uma política adotada pelos EUA para intensificar suas relações com os demais países latino-americanos e frear a interferência europeia, sobretudo inglesa, em questões do continente americano. Foi também uma política em resposta à Santa Aliança (composta por países como Rússia, Prússia e Império Austríaco), que buscavam reestabelecer as antigas monarquias europeias e suas respectivas colônias.

¹² Argentina, Chile, Colômbia, República Federativa Centro-americana, México, Paraguai, Peru e Venezuela.

O reconhecimento do Brasil soberano pelo governo português teve início apenas em 1825, e representou um enorme fracasso para a diplomacia brasileira. O acordo fez o Brasil ceder em diversos pontos, dentre eles a promessa por parte brasileira de não se unir a colônias portuguesas da África e o pagamento de dois milhões de libras esterlinas pelo reconhecimento da independência. Estes acordos unilaterais, na compreensão de Cervo e Bueno (2011), permitiram normalizar as relações de ambos os países e garantir o mercado brasileiro que ainda era indispensável para Portugal. Mesmo assim, o país ainda precisava buscar o reconhecimento por parte de outras potências.

A proclamação de Dom Pedro I como Imperador do Brasil gerou insatisfação por parte da Rússia. O governo de São Petersburgo considerou este ato como uma sublevação contra Dom João VI. Assim, a Rússia não reconheceu o novo Império em um primeiro momento. Todavia, com o passar do tempo, aumentava o prestígio da Rússia na corte de Pedro I, e o Rio de Janeiro desejava contatos políticos com São Petersburgo que, no entanto, mantinha-se na sua antiga posição mesmo diante do reconhecimento já obtido pela Inglaterra, França e Áustria (KOMISSAROV, 1997).

No final de 1825, o então Czar russo Alexandre I veio a óbito, e no fim de 1826, a Rússia começou, finalmente, a inclinar-se para reconhecer o Brasil como país independente. De acordo com Komissarov (1977), o novo governo russo buscava melhorar suas relações com a Inglaterra, o que também envolvia não se opor quanto a consolidação do novo estatuto internacional adquirido pelo Brasil.

Para tal empreendimento, em 1827, em Viena e Londres, diplomatas brasileiros e russos iniciaram o diálogo para maiores contatos entre Rio de Janeiro e São Petersburgo. No começo do ano seguinte, o embaixador Russo na Inglaterra, Conde Liven, comunicou ao ministro brasileiro Marquês de Itabaiana que o reconhecimento do Brasil pela Rússia estava oficialmente estabelecido. Em novembro de 1829, chegava na Corte de Dom Pedro I o Primeiro Ministro russo, Franz Borel, autor de um projeto que visava convencionar um tratado comercial russo-brasileiro. Ao longo do primeiro terço do século XIX, o Brasil, que até então se apresentava como um mercado desconhecido e exótico, tornou-se o seu único parceiro político e econômico russo na América do Sul (KOMISSAROV, 1977).

Como novas medidas favoráveis ao comércio brasileiro e contra o sistema de "Nação mais favorecida" 13, o país determinou em 1828 a equalização dos direitos de todos os produtos importados, independentemente de sua procedência, conhecido como sistema de tratados. Essa medida teve como objetivo eliminar o monopólio britânico, estabelecer a concorrência externa e acabar com o privilégio comercial. Era a universalização do sistema de tratados desiguais, abrindo-se o Brasil à concorrência do capitalismo industrial (CERVO, BUENO, 2011).

Apesar dos esforços em se desmembrar politico e economicamente de Portugal e Inglaterra, o comércio entre Brasil e Rússia continuou sendo feito por Lisboa ou por Londres até meados de 1840 (KOMISSAROV, 1977).

Já em 1844, houve uma ruptura do então sistema de tratados, em busca de elaborar um novo projeto de política externa, que se estendeu até 1876. O país apresentava um déficit acumulado de mais de 15 milhões de libras, em grande parte devido às baixas tarifas de exportação para a Inglaterra, e a dificuldade do Brasil em competir com as matérias-primas das colônias inglesas. O então Ministro da Fazenda Manuel Alves Branco estipulou um novo modelo tarifário, que ficou conhecido como Tarifa Alves Branco¹⁴, que aumentava as taxas cobradas sobre produtos estrangeiros importados. Consequentemente, iniciou-se uma nova fase na política externa brasileira, que buscava adquirir um caráter mais autônomo (CERVO, BUENO, 2011 p. 61; BARBOSA, 2014).

Esse novo modelo redefiniu as metas externas a partir de novas percepções para o interesse nacional. O projeto orientou em quatro grandes parâmetros e uma estratégia, sendo eles: o controle da política comercial por meio da autonomia alfandegária; fortalecimento de mão de obra externa, pela extinção do tráfico de escravos e estímulos à imigração; sustentação de posses territoriais, por meio de uma política de limites que regulamentasse em definitivo as fronteiras nacionais (defesa da Amazônia); defesa decisiva nos destinos do subsistema platino de relações internacionais, tendo em vista interesses econômicos, políticos e de segurança (CERVO, BUENO, 2011).

-

¹³ Qualquer vantagem, favor, imunidade ou privilégio concedido por uma parte contratante em relação a um produto originário ou destinado a qualquer outro país [...] (Artigo I GATT apud THORSTENSEN, RAMOS, MULLER, 2011).

¹⁴ Esta nova tarifa igualava o valor dos tributos importados (30%) da maioria dos produtos, independentemente de sua proveniência.

Para resolver quaisquer adventos na política brasileira, definiu-se como estratégia o uso da diplomacia, requerendo à força apenas como último recurso. Este método era válido para conflitos que envolvessem o continente sul-americano, mas era descartado se envolvesse Europa e EUA (CERVO, BUENO, 2011)

Naquele momento, havia na política brasileira dois grupos que defendiam concepções complementares sobre a política externa como se pode observar na Tabela 1 abaixo: os moderados e os realistas.

Tabela 1: Os dois grupos políticos à época

Moderados

- Avessos à política de força, contra a intervenção e a resitência pela força, propensos a negociação e ao superdimensionamento da ação diplomática
 - Antônio Paulino Limpo de Abreu (visconde de Abaeté)
 - Pedro de Araújo Lima (marquês de Olinda)
 - João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (visconde de Sinimbu)

Realistas

- Ao estilo dos liberais conservadores não-utópicos, reunia homens ousados, que colocavam as decisões acima do destino, e por vezes das negociações, e agiam com força de vontade
 - Paulino José Soares de Sousa (visconde do Uruguai)
 - Honório Hermeto Carneiro Leão (marquês do Paraná)
 - João Maurício Wanderley (barão de Cotegipe)
 - José Antônio Saraiva

Fonte: CERVO, BUENO, 2011, p.76

O diplomata José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco) decidiu adotar as ideias dos dois lados para avaliar a realidade brasileira. Assim, determinava que os interesses nacionais deveriam ser pautados em:

[...] livre navegação, limites, comércio, moralização do Prata, soberania, que significava coesão interna, superação das querelas internas na ação externa, estratégia maleável e inteligente de ação, abertura ao debate público para obter o consenso e a força, análise em círculo fechado para acertar a decisão, soluções alternativas de cálculo para a política externa, como resultado (CERVO, BUENO, 2011, p.77).

As ambições brasileiras buscavam a preservação a autonomia alfandegária, a fim de se poder controlar a política comercial a favor do país, expandir os acordos bilaterais para garantir assim maior autonomia no mercado, ainda fortemente atrelado

a poucos parceiros comerciais, estabelecer os princípios da reciprocidade nas relações econômicas com o exterior e estimular o desenvolvimento industrial nacional por meio do protecionismo. Assim, o país objetivava atingir o status de potência, mas, ao longo dos anos, essa ideia foi ficando cada vez mais longe de ser atingida (CERVO, BUENO, 2011)

Pode-se dizer com Cervo e Bueno (2011), que a lentidão na adoção de novas medidas por parte do governo imperial e a falta de dinamismo da própria sociedade limitaram o projeto que o país tentava desenvolver no início dos anos 1840. A sociedade ainda bastante conservadora nos costumes da época mantinha-se inerte ante as mudanças propostas de industrialização e geração de empregos remunerados, e não apresentava o espírito empresarial necessário naquele momento. O Brasil também carecia de profissionais técnicos, o que dificultava a implementação de novas políticas em prol do desenvolvimento do país.

Nas últimas duas décadas do império, Dom Pedro II, de acordo com Cervo e Bueno (2011), conseguiu transmitir uma boa imagem para os governos na Europa e na América. O imperador realizou diversas viagens ao exterior e foi convidado para nomear os juízes em comissões internacionais, dentre elas os conflitos entre a França e os EUA, decorrentes da guerra de secessão, e entre a Itália, Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, França e Chile, decorrentes da guerra do Pacífico.

Durante todo o Segundo Reinado, a única menção entre o Império brasileiro e o Império russo encontrada para a elaboração deste trabalho se deu em uma visita de Dom Pedro II à Rússia, em 1876. Este foi recepcionado na Academia de Ciências da Universidade de São Petersburgo pelo inventor da Tabela Periódica, Dimitri Mendeleiev. Essa viagem permitiu que o monarca brasileiro se encontrasse pela primeira vez com o czar Alexandre II (LYRA, 1939).

Cervo e Bueno (2011) concluem que a política externa ao longo do período imperial evoluiu, mesmo que de forma lenta devido ao modelo escravagista já ultrapassado, para um processo de caráter mais autônomo, visando principalmente o interesse nacional. Desta forma, podemos dizer que o país teve êxito em manter quase a totalidade de suas fronteiras e no processo de abertura do mercado para o mundo, duas das maiores exigências do governo imperial.

2.2 - A Política Externa Czarista no Século XIX

Na primeira metade do século XIX, as grandes potências europeias eram a Áustria, França, Grã-Bretanha, Prússia e a Rússia. Naquele momento, a política externa do então Czar Alexandre centrava-se em manter esse status adquirido ao longo dos últimos anos, em especial após derrotar os projetos de Napoleão Bonaparte de domínio continental em 1812. Posteriormente, ao adquirir territórios da Polônia e de outros rivais como a Finlândia, a Rússia conseguiu manter suas fronteiras intactas até 1917 (LIEVEN, 2006, p.554).

Após a queda de Napoleão e a Conferência de Viena, ambas em 1815, Rússia, Prússia e Áustria buscaram uma forma de redefinir as fronteiras e monarquias à época de 1789, ou seja, antes da tomada da Bastilha. A criação da Santa Aliança se deu como forma de garantir esses anseios e frear novos ideais liberais e constitucionalistas que haviam repercutido em toda Europa durante a Revolução Francesa, que implicava a recolonização dos países sul-americanos que já haviam proclamado sua independência e instaurado uma República (ARNAULT, s/d).

Com o fim do inimigo em comum (França), a Grã-Bretanha passou a considerar a Rússia um Estado ameaçador, devido suas dimensões continentais, e temia que esta interferisse nos negocios britânicos, em particular, em suas colônias na Ásia. De fato, cercada ao oeste pelas potências da Europa, a única possibilidade de expansão do território russo estava na Ásia.

Desta forma, de acordo com Lieven (2006, p. 555-556) a Rússia dividiu o mundo para si mesma em três partes, cada uma delas voltada a um tipo de interesse nacional. No oeste, o principal objetivo era manter sua posição como grande potência europeia. Em relação ao Império Otomano, o país disputava os estreitos de Dardanelos e Bósforo, a passagem marítima que ligava o mar Negro ao Mediterrâneo com outros países europeus e o próprio Império Otomano, buscando enfraquecê-lo para ter maior influência na região dos balcãs. Quanto à Ásia Central e Oriental, buscava-se o expansionismo territorial, político e econômico. Desta forma, ao longo de todo o século XIX, a política externa czarista manteve esses três pilares diplomáticos com notável consistência.

Este direcionamento das políticas externas adotadas pelos czares ao longo do século XIX evidenciam a falta de documentação e dados que envolvam trocas comerciais ou diplomáticas entre Brasil e Rússia no periodo imperial brasileiro, já que

o continente americano não estava em pauta na política externa czarista ao longo do século XIX. As discussões entre Brasil e Rússia foram retomadas a partir da Proclamação da República, em 1889.

2.3 - A Política Externa Brasileira na Primeira República

Após a Proclamação da República em 1889, Uruguai e Argentina foram os primeiros países a reconhecer o novo governo brasileiro, seguido pelo Chile ainda no mesmo ano e os EUA em 1890. A Grã-Bretanha adotou uma postura mais cautelosa e esperou a estabilização política no país para evitar uma medida mais precipitada, reconhecendo a república brasileira apenas em 1891. Já a França esperava um diálogo mais claro quanto aos limites das fronteiras com a Guiana Francesa. Após garantir que o diálogo seria rapidamente retomado, houve o reconhecimento francês do governo provisório em 1890. A Rússia, como ocorrido durante os primeiros anos da independência, apresentou certa resistência em legitimar a mais nova república no continente americano (BRANCATO, 1992).

O início das relações entre a Primeira República brasileira e a Rússia começaram de uma forma conturbada. De acordo com Brancato (1992), logo após a proclamação do novo regime, o Brasil se apressou em enviar um comunicado ao então ministro das relações exteriores russo Nikolaj Karlovič Girs. O conselheiro brasileiro Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, encarregado por dialogar com o gigante euro-asiático encontrou certa relutância por parte dos russos em acatar o pedido de reconhecimento do novo governo republicano. Entretanto, Girs afirmava que aguardaria o pronunciamento de outros líderes mundiais antes de adotar qualquer medida referente ao Brasil

Após inúmeras tentativas falhas do conselheiro em dialogar com o governo russo desde o final de 1889, em 12 de agosto de 1890 os apelos de Macedo para retornar ao Brasil foram ouvidos. Este não foi capaz de estabelecer laços diplomáticos e comerciais com a Rússia, sendo assim, o país permanecia sem o reconhecimento do regime czarista (BRANCATO, 1992).

Com a realização das eleições para a constituinte brasileira na segunda metade de 1890, boa parte das nações europeias decidiram reconhecer o novo Estado brasileiro. Ainda assim, a Rússia permanecia em uma postura defensiva e a manteve até meados de 1892. Em maio de 1892, o Czar surpreendeu o governo brasileiro,

quando informou que estava disposto a receber um representante do novo regime republicano. Deste modo, Francisco Regis de Oliveira foi escolhido como representante em missão à Rússia em busca de um novo acordo (BRANCATO, 1992).

Em nota, o Czar defendeu que a demora em assumir uma postura mais dinâmica no reconhecimento da nova república se deu pelo recebimento tardio do comunicado oficial legal do novo regime brasileiro. Na realidade, a relutância russa em legitimar o governo republicano pode ser analisado em diversos pontos. O primeiro em relação à espera dos comunicados oficiais dos demais países. Em segundo, o aguardo de uma estabilização política no país, que só ocorreu de fato com a nova constituinte no final de 1890. Brancato (1992) conclui que, o exílio imposto ao então monarca Dom Pedro II, deposto de seu cargo como imperador, incomodou a velha monarquia russa ainda presa aos seus velhos costumes tradicionais de imperadores (czares), e que este talvez tenha sido o principal fator na decisão de não reconhecer o novo governo brasileiro até 1892. Embora distante geograficamente e com baixo vínculo comercial, a Rússia manteve o intercâmbio com o império russo até o início da Revolução Russa em 1917.

De fato, os primeiros anos da república foram de difícil estabilização de uma diretriz clara e objetiva em relação à Política Externa. A inauguração da república foi marcada por tensões e dificuldades em estabelecer diretrizes que iriam conduzir relações exteriores, que podem ser vistas pelo número de ministros na pasta das Relações Exteriores nos primeiros governos do novo regime, apresentados na Tabela 2. Apesar dos primeiros anos mais conturbados nas relações internacionais, o país aos poucos, passou a adotar uma postura com maior interesse em relação aos países do continente americano, mais notadamente com os EUA, e um leve afastamento em suas relações com o continente europeu (CERVO, BUENO, 2011).

Tabela 2: Ministros das Relações Exteriores do Brasil de 1889 a 1902

Marechal Deodoro	1889-1891	Quintino Bocaiúva; Justo Leite Chermont.
Floriano Peixoto	1891-1894	Fernando Pereira ; Serzedelo Corrêa ; Antônio Francisco de
		Paula Souza ; Felisbelo Freire ;João Felipe Pereira ; Carlos
		Augusto de Carvalho ; Cassiano do Nascimento.
Prudente de Morais	1894-1898	Carlos Augusto de Carvalho ; Dionísio Evangelista de Castro
		Cerqueira.
Campos Sales	1898-1902	Olinto de Magalhães.

Fonte: Elaboração própria; CERVO, BUENO, 2011, p. 176-177.

O café se apresentava como o principal produto a ser exportado pelo Brasil, e os EUA seu maior comprador. Assim, o país buscou estabelecer também relações políticas e diplomáticas que condiziam com a importância econômica que os EUA vinham apresentando ao país. Desta forma, ao longo das primeiras décadas do século XX, a principal motivação da política externa brasileira, segundo Cervo e Bueno (2011), foi os EUA, que até o final da Primeira República seria o comprador de mais da metade de toda a safra de café exportada pelo Brasil. Assim, a Grã-Bretanha acabou perdendo seu posto de maior investidor no país e, consequentemente, deixou de ser seu principal parceiro comercial.

Com o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o Brasil adotou primeiramente uma posição de neutralidade. O país só declarou apoio oficial à Tríplice Entende, ¹⁵ em 1917, após submarinos alemães abaterem navios brasileiros. A participação brasileira na Grande Guerra se deu pelo envio de 13 oficiais aviadores e 100 médicos-cirurgiões à França. Por fim, foi disponibilizado também um corpo de estudantes e soldados do Exército para dar guarda ao Hospital do Brasil, que continuou prestando assistência aos feridos mesmo depois de encerrado o conflito (CERVO, BUENO, 2011).

Entretanto, o reflexo do conflito na balança comercial brasileira foi positivo. Cervo e Bueno (2011) afirmam que devido às necessidades de insumos alimentares como cereais e carne congelada pelos países mais afetados pela guerra, estes produtos, até então pouco expressivos no comércio brasileiro, passaram a ganhar maior destaque. Assim, a política alfandegária sofreu mudanças a partir da década de 1920, favorecendo países do continente europeu como França, Itália e Bélgica.

O último ministro das Relações Exteriores da República Velha, Washington Luís (1926-1930) concluiu questões de demarcação e liquidações de questões relativas às fronteiras do país por meio de tratados com seus países vizinhos, e estreitou ainda mais as relações de amizade com os EUA (CERVO, BUENO, 2011).

2.4 - A Política Externa Russo/Soviética no século XX

Com a morte do Czar Alexandre III em 1894, Nicolau II assumiu o império russo. Ao contrário de seu antecessor, conhecido como "Czar Pacificador", o jovem Czar

_

¹⁵ França, Grã Bretanha e Rússia (posteriormente os EUA em 1917).

teve maiores dificuldades em lidar com o novo cenário mundial, época de instabilidade em grande parte da Europa devido às questões territoriais em específico na África, que culminou na Primeira Grande Guerra (LIEVEN, 2006, p.567).

Em 1917, os Mencheviques destituíram o Czar Nicolau II do poder e instituíram um governo provisório. O país vivenciava uma grave crise social, em decorrência do envolvimento do país com a Primeira Guerra Mundial, que enviava camponeses aos campos de batalha por falta de soldados treinados. A escassez de comida também era um grave problema, já que grande parte dos insumos eram transferidos para aqueles que estavam lutando na guerra. Desta forma, a população reivindicava melhores condições de vida e a retirada do país da guerra. No mesmo ano, a Revolução Socialista (ou Revolução Bolchevique) colocou o grupo dos bolcheviques no poder, implantando assim o socialismo no país, retirando-o da guerra.

Sob o governo de Venceslau Brás, em 1917, o Brasil reconheceu o governo provisório instaurado na Rússia após o golpe que destituiu o Czar Nicolau II. Com a tomada de poder pelos bolcheviques alguns meses depois, as relações entre os dois países foram interrompidas, com a retirada do encarregado de negócios brasileiro da Rússia em dezembro de 1918. A representação russa, com sede no Rio de Janeiro, que já vinha dependendo do apoio financeiro brasileiro para se manter, foi fechada em dezembro de 1920 (CERVO; BUENO, 2011). Desta forma, o país não reconheceu a URSS até o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, quando as relações comerciais e diplomáticas foram retomadas por um breve e curto período.

Após quase três anos de guerra civil, em 1921, sob o governo de Vladimir Ilyich Ulianov, mais conhecido como Lenin, foi instaurada a Nova Política Econômica (NEP), que se dedicava à produção de energia e extração de matéria-prima, importação de máquinas e tecnologias e à organização do comércio e agricultura, tudo sob a tutela do Estado. Segundo Fitzpatrick, Rabinowitch e Stites (1991, p.3), a NEP havia assumido um papel de extrema importância para que o país pudesse "respirar" após a revolução, além de se apresentar como um modelo alternativo atraente, por sua relativa abertura política e comercial da sociedade comunista, ainda em formação.

Esta abertura garantida pela NEP visava atrair investimentos estrangeiros para acelerar o processo industrial e de desenvolvimento que a Rússia almejava. Neste momento, muitos países que haviam se desmembrado da Rússia reintegraram-se,

formando em 1922 a URSS, contabilizando no total quinze repúblicas (NUMAIR, 2009).

Com a morte de Lenin em 1924, assumiu a presidência do país Joseph Stalin, que iniciaria um regime extremamente autoritário, mas que também elevaria a URSS ao patamar de potência industrial. O Estado se tornou ainda mais centralizador e a NEP foi retirada da pasta do governo. Stalin defendia estruturar a economia, a indústria e o novo regime socialista de forma interna na URSS. Esta medida ficou conhecida como "Socialismo em um Só País" (NUMAIR, 2009).

As mudanças ocorridas no interior da URSS repercutiram em suas relações com os Estados, já que os países do bloco capitalista consideravam o regime adotado pelos soviéticos como ameaça aos padrões do mundo ocidental, pautada pelo expansionismo das potências ocidentais e pelo controle monopolista dos mercados (NUMAIR, 2009).

Os avanços econômicos e industriais da URSS entre 1913 e 1938 foram os maiores entre todas as demais potências. Em 1938, graças aos projetos de industrialização adotados pelo país, houve um crescimento 7,5 vezes maior em relação a 1913 na indústria. A participação soviética na produção manufatureira mundial aumentou de 5% em 1929 para 17,6% em 1938. Assim, o país alcançou rapidamente a segunda posição como potência industrial em todo mundo, sendo superada apenas pelos EUA (KENNEDY, 1989, p. 290-318).

Sua rápida modernização, ainda de acordo com Kennedy (1989), permitiu manter altos investimentos nos setores de defesa e segurança no período de entre guerras, deixando o país mais bem preparado para a Segunda Guerra Mundial.

Com a vitória na Segunda Guerra Mundial, a URSS foi de suma importância na criação dos novos arranjos institucionais após 1945. Dentre eles, podemos citar a criação da ONU e a obtenção de um assento permanente, com poder de veto no Conselho de Segurança. O país também saiu do conflito como a maior potência do regime socialista, colocando o país em protagonismo durante todo o período que compreende a Guerra Fria (SARAIVA, 2007).

Para sustentar sua hegemonia e contrabalancear os avanços do bloco capitalista, Moscou desenvolveu uma série de instituições para garantir sua influência

sobre o mundo, dentre elas, o Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON)¹⁶ e o Pacto de Varsóvia.¹⁷

2.5 – A Política Externa do Brasil e URSS após a Segunda Guerra Mundial

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o Brasil se alinhou de forma automática ao bloco capitalista em 1947. Internamente, esta decisão levou ao decreto que determinava a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao novo rompimento comercial e diplomático com a URSS, afastando, mais uma vez, o país do bloco socialista (MOURA, 2012). Vale lembrar que na lógica do conflito da Guerra Fria, quanto maior fosse a vinculação aos EUA, maior seria a hostilidade em relação à URSS e vice-versa.

Segundo Moura (2012), apesar de não se ter uma explicação clara do que tinha levado o país a romper os laços com a URSS naquele momento, o anticomunismo interno e a emergência envolvendo EUA e URSS podem ser apontados como os principais propulsores da adoção do rompimento. O autor afirma que o então presidente da Assembleia Geral da ONU, Oswaldo Aranha, considerava não haver um motivo para tal medida, e o próprio secretário de Estado dos EUA, George Marshall, questionou se a decisão não poderia ser revertida.

A partir de então, as relações entre o Brasil e URSS, de 1947 até os anos que precederam o governo de Juscelino Kubitschek (1959-1960), foram praticamente nulas, sobretudo na área do comércio, como pode ser visto no Gráfico 1 abaixo. Mesmo assim, percebe-se que foi possível manter as relações com os demais países que compunham o bloco soviético, apesar de uma redução expressiva a partir 1950.

¹⁶ Organização criada em janeiro de 1949 para facilitar e coordenar o desenvolvimento econômico dos países da Europa Oriental pertencentes ao bloco soviético. Os membros originais da Comecon eram a União Soviética, Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia.

¹⁷ Acordo militar firmado em 14 de maio de 1955, estabelecendo uma aliança entre os países do Leste Europeu (Hungria, Romênia, Alemanha Oriental, Albânia, Bulgária, Tchecoslováquia e Polônia) e a URSS. Foi também uma resposta à inclusão da Alemanha Ocidental da OTAN.

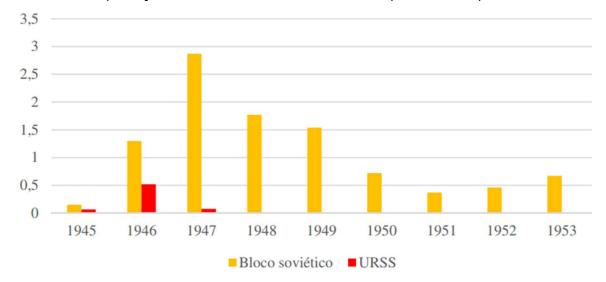


Gráfico 1: Exportações ao bloco soviético e à URSS (1945 –1953)

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.65.

Durante todo o período de 1947 a 1953, não houve quaisquer dados referentes à importação brasileira de produtos provenientes da URSS, como pode ser observado no Gráfico 2. Porém, os dados apontam que o Brasil ainda manteve laços com os demais países que estavam no campo de influência dos soviéticos, demonstrando assim que o rompimento brasileiro não se deu com os principais países aliados da URSS, que eram a Polônia e a Tchecoslováquia, e sim com a própria URSS (GIANFRANCO, 2019, p.78).

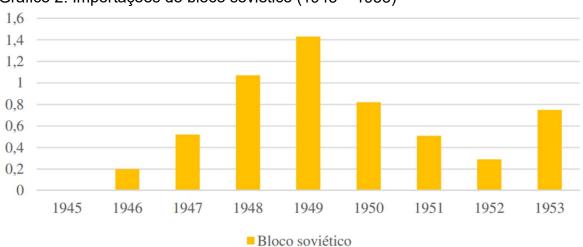


Gráfico 2: Importações do bloco soviético (1945 – 1953)

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.66.

Nesse cenário, em 1952, ocorreu a Conferência Econômica de Moscou¹⁸. Vizentini (2004) informa que a delegação brasileira que esteve presente no evento foi composta em sua essência por empresários brasileiros com interesses comerciais. O então secretário-geral do Itamaraty, Mario Pimentel Brandão, considerava pouco provável que houvesse uma reaproximação expressiva com a URSS, e se colocava explicitamente contrário ao rompimento ocorrido em 1947. O autor acreditava que se os países ainda mantivessem tais relações, o Brasil poderia estar colhendo bons resultados em diversas áreas comerciais e diplomáticas. Após o retorno da delegação brasileira ao país, a discussão de uma retomada comercial com a URSS ganhava cada vez mais força com o passar dos anos, mas só foi de fato implementada no final dos anos 1950.

As discussões pela busca de uma maior diversificação de mercados estrangeiros aconteceram nos dois últimos anos do governo de Juscelino Kubitscheck (1959-1960), que serviriam de base para a criação futura de uma política externa independente. Mesmo com as relações ainda oficialmente rompidas, Farias (2017) afirma que, em 1959, o Brasil decidiu enviar uma Missão Comercial à URSS com intuito de discutir interesses comerciais de ambas as partes sem o reconhecimento diplomático.

A Missão Comercial à URSS é entendida como o primeiro passo do governo brasileiro para o reestabelecimento oficial futuro das relações diplomáticas dos países. No ano seguinte, foi a vez da URSS enviar uma missão comercial ao Brasil para a assinatura de um acordo entre bancos estatais de ambas as nações. Em 1961, com a abertura dos escritórios comerciais, foi declarado oficialmente o reatamento das relações diplomáticas entre Brasil e URSS (FARIAS, 2017).

Diante disso, pode-se afirmar que as relações diplomáticas brasileiras com a URSS se restabelecem oficialmente em 1961, graças à PEI, adotada primeiramente por Jânio Quadros, e prosseguida posteriormente por João Goulart. Segundo Vizentini (2004), a busca pela intensificação dos parceiros comerciais, dentre eles países do bloco socialista, seria um dos principais pilares do documento.

A PEI garantiu um incremento nas exportações e importações entre Brasil e URSS que podem ser observadas nos Gráficos 3 e 4 respectivamente.

_

¹⁸ O objetivo desta reunião era transformar, por meio do comércio, a lógica da Guerra Fria em uma coexistência mais pacífica entre os blocos capitalista e socialista (LIPKIN, 2011).

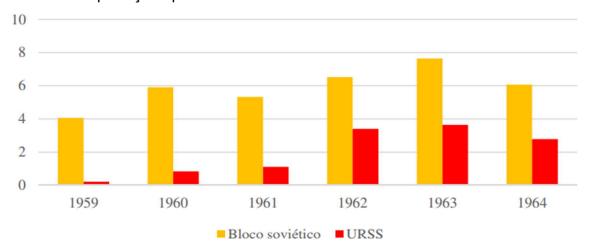


Gráfico 3: Exportações para o bloco soviético e a URSS entre 1959 e 1964

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.175.

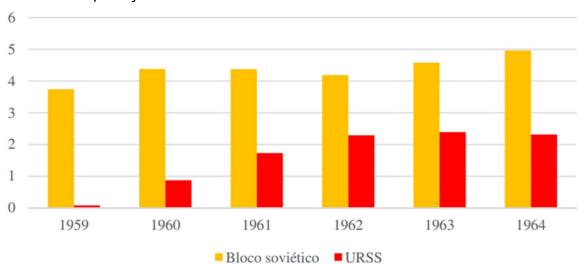


Gráfico 4: Importações do bloco soviético e URSS entre 1959 e 1964

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.176.

Estas políticas que se distanciavam das normas estabelecidas pelos EUA culminaram no golpe civil-militar de 1964 no Brasil, com a justificativa de evitar uma nova revolução socialista no continente latino-americano. Paradoxalmente, após assumirem o poder, os militares não optaram por romper as relações com o país socialista da mesma forma que ocorreu após a Segunda Guerra Mundial. Pelo contrário, essas relações se mantiveram ao longo do regime militar mesmo nos Anos de Chumbo, momento de maior repressão contra quaisquer ideias que remetessem à

ideologia de esquerda, considerada naquele momento um pensamento subversivo, que representava um perigo à nação e à segurança nacional.

O cenário exposto nesse capítulo, nos permite afirmar que as relações bilaterais entre Brasil e Rússia/URSS se mantiveram constantemente instáveis até sua estabilização de fato em 1961. Ao retomarmos o século XIX, percebe-se que o continente americano não estava no campo de interesse das relações exteriores russo, o que evidencia a falta de documentação e dados sobre as relações econômicas e políticas entre ambos os países neste período. Quanto a primeira metade do século XX, é possível afirmar que as diferenças ideológicas moldaram o relacionamento dos dois países, apresentando uma ruptura em dois momentos: primeiramente em 1917 após a Revolução Russa, e posteriormente em 1947, após uma breve retomada em 1945.

No final desta análise, nota-se que, ao longo de grande parte dos governos considerados "democráticos" entre os anos 1920 e 1960, o Brasil encontrava-se sem laços políticos e/ou comerciais com a URSS. A partir de 1964, um dos momentos de maior autoritarismo na história do Brasil, com perseguições à grupos de esquerda e repressão às ideias e valores do comunismo, as relações entre Brasil e URSS se mantiveram constantes.

CAPÍTULO 3 – BRASIL E URSS: RELAÇÕES BILATERIAS NO CENÁRIO DA BIPOLARIDADE

Neste capítulo apresenta-se a importância de estudar as relações bilaterais entre o regime militar brasileiro e a URSS, dois regimes com ideologias tão distintas: de um lado o Brasil, governado por um regime de direita conservadora, anticomunista e alinhado ao bloco capitalista; de outro a URSS, a maior potência socialista.

Destaca-se as principais pautas nas relações entre Brasil-URSS, visando demonstrar que o Brasil não se restringiu apenas às relações com os EUA e Europa Ocidental para promover o desenvolvimento econômico acelerado no país a partir do final dos anos 1960 até 1974. Para tal, o capítulo também apresenta as contribuições soviéticas no comércio brasileiro, sublinhando os principais produtos presentes nas trocas comerciais entre os dois países estudados.

3.1 Governos Militares Brasileiros e a URSS: diálogos e relações possíveis.

As relações entre o período militar brasileiro e a URSS ficaram mais concentradas na área comercial, com visitas e acordos que envolviam o comércio bilateral entre os dois países. A retórica anticomunista não cogitou o rompimento das relações comerciais e diplomáticas com os soviéticos. O governo brasileiro apresentava forte interesse pela modernidade soviética e considerava que a mesma não deveria ser ignorada ou subestimanda.

Após tomar posse em 1964, o presidente Humberto de Alencar Castello Branco declarou que o país manteria relações comerciais com todos os governos mundiais independentemente de seus sistemas políticos. O presidente justificava tal posicionamento do governo afirmando que "o comércio entre o Brasil e esses países (soviéticos) pode ser mutuamente proveitoso. Estamos prontos a aumentar nossas trocas, desde que elas não sejam veículo de influências inaceitáveis" (VIZENTINI, 1998, p.62). Assim, deixava claro ao país e ao mundo que o relacionamento com Moscou ficaria restrito à área comercial, sem qualquer interação que pudesse ser considerada como propagação do comunismo no país.

Como afirma Vizentini (1998), é preciso lembrar que a manutenção dos laços diplomáticos com a URSS ao longo da Guerra Fria era pautado pelas necessidades comerciais. Além disso, a URSS adotava uma política internacional baseada em uma

"diplomacia tradicional e legalista, e não revolucionária como a de Cuba e da China" (VIZENTINI, 1998, p. 61).

De acordo com Rupprechet (2011), a URSS havia se tornado um Estado europeu tecnologicamente avançado, com uma população educada e consumidores satisfeitos. Ainda de acordo com o autor, o caminho para o desenvolvimento soviético teria se dado de forma harmoniosa, sem o empobrecimento das massas. Assim, o modelo de desenvolvimento da URSS se aproximava com as ambições do governo militar para transformar o Brasil em uma grande potência.

O país soviético tinha muito interesse em matérias primas brasileiras, que seriam estratégicas para seu processo de industrialização. Já o Brasil buscava obter auxílio técnico dos soviéticos, também para implementar o processo de industrialização do país. Deste modo, as principais pautas de ambos países centralizavam-se no campo do planejamento econômico, na organização da sociedade, na ocupação e desenvolvimento de áreas remotas brasileiras e na busca por melhorias na qualidade de vida a nível educacional e de saúde (GIANFRANCO, 2019, p. 292).

Na percepção do governo brasileiro, a modernidade soviética era reconhecida principalmente na tecnologia. Era vista como possibilidade para a realização de intercâmbios entre universidades ou parcerias técnico-científicas. Nesse sentido, vale ressaltar que, enquanto em 1965 havia cerca de 80 estudantes brasileiros nas universidades Lomonossov e Patrice Lumumba, esse número saltou para 150 em 1970 (MOSCOU-MRE, 1970 apud GIANFRANCO, 2019, p. 291-292).

Visando atingir o objetivo desenvolvimentista, era necessário que o Brasil passasse a não depender mais apenas dos EUA, e assim, poder barganhar termos mais favoráveis para essa relação. Entretanto, na realidade, o país ainda era muito dependente da importação de tecnologia, capital e máquinas para suprir o seu desenvolvimento. Rupprechet (2007, p. 528) explica que, mesmo estando em dois lados diferentes da Cortina de Ferro, Brasil e URSS compartilhavam interesses comuns, e por isso, uma maior troca de mercadorias seria benéfica para ambos os lados : os brasileiros com a aquisição de produtos industrializados, e os soviéticos com a importação de matérias-primas.

Em 1966, o Ministro de Comércio Exterior da URSS Nikolai Patolichev esteve no Rio de Janeiro para assinar o Protocolo sobre Fornecimento de Maquinário e

Equipamentos, também conhecido como Protocolo Patolichev. Este acordo previa créditos de US\$ 100 milhões ao Brasil para a compra de maquinário soviético. No protocolo vigente até 1969, a URSS se comprometia em adquirir 25% de suas importações em produtos manufaturados de fabricação brasileira (CLISSOLD, 1970 p.34 *apud* QUADROS, 2016, p.67).

Durante o Governo de Costa e Silva (1967-1969), as negociações comerciais com a URSS continuaram a se desenvolver. A partir deste novo cenário promissor no âmbito multilateral em relação ao comércio entre os dois países, o vice-ministro do Comércio Exterior da URSS, Nikolai Smeliakov fez uma visita ao Brasil em 1968. Segundo Gianfranco (2019), este seria o responsável da delegação soviética na II Reunião da Comissão Mista Brasil-URSS que acontecia no Rio de Janeiro naquele ano. Como representante brasileiro, o então secretário-geral Mario Gibson Barboza, ficou encarregado de dar andamento à comissão. Informa-nos o autor que estiveram presentes nessa reunião também membros de diversos outros setores do governo brasileiro, como representantes do Conselho de Segurança Nacional, dos ministérios da Aeronáutica, Planejamento, Transportes, Agricultura, e Indústria e Comércio, além de representantes do Governo do Estado de São Paulo.

Nas negociações, seguiam os tópicos de aquisições de petróleo e trigo provenientes da URSS, formas de pagamentos dos produtos adquiridos pelo Brasil importados da URSS, o debate sobre o Protocolo Patolichev firmado em 1966, o fornecimento de material aeronáutico pela URSS, o acesso de produtos brasileiros, especialmente manufaturados, ao mercado soviético e fornecimento de equipamentos soviéticos pesados para "projetos de desenvolvimento econômico" (GIANFRANCO, 2019).

Assim, o acordo firmado previa o fornecimento de US\$ 26 milhões em petróleo ao Brasil, em troca de 110 mil toneladas de trigo brasileiro. O chanceler brasileiro Magalhães Pinto declarou no mesmo ano que o Brasil iria "alargar o seu campo de comércio, acabando com o medo de negociar com países da 'cortina de ferro', que poderiam comprar muito em nosso país, notadamente o café solúvel, e vender muito, também, principalmente os bens necessários ao nosso desenvolvimento" (VIZENTINI, 1998, p.123).

Nesse sentido, o campo Soviético também se apresentava como um importante parceiro para o país, já que a maioria das importações brasileiras provenientes da

URSS consistiam em produtos da indústria química, equipamentos e maquinaria pesada (SOUTO, 2013, p.140). Gianfranco (2018, p. 78) comenta essa dependência externa no campo industrial demonstra que a superpotência socialista poderia exercer um papel relevante no esforço de industrialização e desenvolvimento do Brasil, que apresentava um crescimento econômico cada vez mais expressivo

3.2 A Política Doméstica e o Milagre Econômico

Com a ascensão de Emílio Garrastazu Médici é possível constatar semelhanças e continuidades nos discursos da época com relação ao governo anterior de Costa e Silva. Primeiramente, ambos os governos enfatizavam que as mudanças ocorridas no cenário mundial, em particular aquelas promovidas pelo conjunto de eventos que culminaram na détente entre os dois blocos antagônicos, alteravam as diretrizes que seriam adotadas na condução da política externa brasileira. Em seguida, nos dois governos em tela, o discurso desenvolvimentista se mantinha como a principal ferramenta para conduzir a política exterior brasileira. Por fim, ambos defendiam a necessidade de buscar a diversificação de parceiros comerciais de acordo com as necessidades do país (HURRELL, 2013).

Hurrell (2013) afirma que apesar das semelhanças e continuidades, a política externa do governo Médici adotou um caráter único, tanto na forma de ampliar os laços externos, como para fortalecer aqueles já existentes. O novo rumo que o país adotava estava fortemente influenciado pelos altos índices de desenvolvimento que a economia começou a apresentar ainda em 1968.

As parcerias externas passaram a ser buscadas de forma bilateral, em contraste com a "diplomacia da prosperidade" adotada por Costa e Silva, que buscava uma atuação multilateral. Desta forma, ensejou-se uma maior aproximação com Moscou. Apesar da crescente perseguição dos comunistas dentro do país, houve um incremento nas relações econômicas dos dois países, ainda favorecidos pela *détente*. Contudo, os vínculos políticos ainda permaneciam *low profile* (VIZENTINI, 1998, p.173).

Outro estudioso do período, Carlos Estevam Martins (1975), define que as mudanças ocorridas no cenário interno exigiam também mudanças na política externa do país. Assim, o governo distinguiu a pasta em duas. A primeira como "política

externa brasileira", e a segunda como "política internacional do Brasil". Segundo o autor, a política externa brasileira

[...] diz respeito ao nível em que se perfilam os princípios genéricos do direito dos povos, tais como a igualdade soberana das nações, a preferência pelas soluções pacíficas das controvérsias internacionais, o direito à autodeterminação, o princípio de não intervenção, e assim por diante (MARTINS, 1975, p. 78).

Por outro lado, o autor ressalta que a política internacional do Brasil se comprometeria por "traçar as diretrizes práticas que determinam a conduta brasileira face aos problemas particulares no mundo contemporâneo [...] tendo em vista o objetivo básico de potencializar e projetar o poder nacional " (MARTINS, 1975, p. 78-79).

O então ministro das Relações Exteriores do governo Médici, Mario Gibson Barbosa, afirmava em 1972 que o mundo dividido em dois blocos antagônicos não sustentava mais o sistema internacional, o que ocasionara o enfraquecimento das duas superpotências, URSS e EUA (BARBOSA, 1972, p.279 apud HURRELL, 2013, p.19, p.191). Em vários discursos no início dos anos 1970, o chanceler elogiou os benefícios da détente e os aspectos positivos da redução da tensão entre as superpotências. As afirmações de Barbosa ainda demonstravam interesses perante as transformações geopolíticas que aconteciam naquele momento, e que elas poderiam trazer benefícios para a diversificação e intensificação de parceiros comerciais brasileiros.

Nos últimos anos, o crescimento do Brasil, a identificação de seus novos interesses nacionais e a contínua modificação desses interesses significou que se tornasse necessária a ampliação contínua do escopo de nossas atividades diplomáticas no mundo (BARBOSA, 1972, p.279 *apu*d HURRELL, 2013, p.192, tradução nossa).

No cenário interno, o avanço da economia do país era acompanhado na mesma proporção pelo endurecimento do regime militar, dando início ao período da história intitulado Anos de Chumbo.

Com a promulgação do Ato Institucional nº5 (AI-5)¹⁹, em 1968, qualquer tipo de crítica ou oposição ao governo eram fortemente reprimidas. Um ano após o decreto e

-

¹⁹ O Al-5 permitia o fechamento do Congresso e a cassação de mandatos de parlamentares, a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, tudo isso sumariamente. Também permitia nomeação de interventores no lugar de governadores e prefeitos. Permitia ainda a demissão sumária

ascensão de Médici à presidência do país, a tortura passou a ser de fato implementada graças à Operação Bandeirante (OBAN), um tipo de central localizada em São Paulo que monitorava casos considerados justos pelo regime para proceder com a tortura, naqueles considerados subversivos ao governo. Um ano após assumir a presidência, Médici criou uma comissão com intuito de aumentar as operações já realizadas pela OBAN. Assim, estabeleceram-se o Destacamento de Operações e Informações (DOI) e o Centro de Operação de Defesa Interna (CODI), que ficaram popularmente conhecidos como DOI-CODI (COUTO, 2003).

Apesar de representar o auge da violência e repressão estatal a quaisquer movimentos contra o governo, que não permitia o espaço para o debater questões de Direitos Humanos explicitamente violados pelo regime contra a população, o governo articulava por meio de campanhas publicitárias e controle da imprensa as informações que seriam repassadas à população. Com isso, denúncias de torturas, estupros e assassinatos e outras violações de direitos humanos eram censuradas da mídia, permitindo apenas noticiar o avanço econômico do país.

Com o endurecimento das políticas internas devido ao AI-5, as relações entre Brasil e URSS apresentaram níveis menos expressivos entre 1968 e 1969. Na ocasião, o Itamaraty havia instruído o novo embaixador em Moscou, Ilmar Penna Marino, que deveria ser evitada "maior aproximação". Em mensagem ao presidente Médici, o chanceler Gibson Barbosa demonstrava preocupação com o endurecimento interno do regime brasileiro e seus reflexos nas relações com a URSS, pois poderia prejudicar as relações econômico-comerciais bilaterais. Assim, as autoridades brasileiras competentes restringiriam as atividades culturais soviéticas no país a "um mínimo compatível", de acordo com as conveniências políticas domésticas e de segurança nacional (BARBOSA, 1970 apud GIANFRANCO, 2019, p. 314).

O aumento salarial de trabalhadores com nível superior e o seu consequente consumo, as classes média e média alta brasileira estavam cada vez mais propensas a legitimar as ações realizadas na época, dificultando ainda mais as vozes mais críticas contra o regime. Com o poder aquisitivo mais elevado por parte de determinados grupos sociais, a televisão se tornava um objeto cada vez mais

_

de funcionários públicos e a passagem para a reserva de militares legalistas e democráticos. O Al-5 também acabou com direitos básicos que garantem o desempenho dos juízes e suspendeu o direito de habeas corpus, o que permitiu a montagem de uma polícia política clandestina que promovia prisões e torturas para obter confissões. Mesmo que você soubesse que alguém foi preso e estava sendo torturado, você não podia usar esse recurso do habeas corpus.

recorrente nas casas do brasileiro. O governo encontrou no aparelho uma forma de divulgação dos grandes feitos do país, como o Milagre Econômico, as Obras Faraônicas e até mesmo eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 1970, cujo campeão foi o Brasil e serviu de propaganda para o bom desempenho do governo Médici (FGV CPDOC, 2009).

Paralelamente a este lado sombrio da história brasileira, o país vivenciava o chamado Milagre Econômico que, de acordo com historiadores e economistas, perdurou de 1968 a 1973. Foi período de maior crescimento do PIB em todo século XX, como pode ser observado no Gráfico 5. Este termo se tornou muito difundido pela aceleração do crescimento econômico, aumento da industrialização no país e inflação sob controle. Na realidade, este crescimento estava diretamente relacionado com o ambiente externo, à forte expansão do volume do comércio internacional e às baixas taxas de juros. O investimento externo no Brasil também apresentou um crescimento a partir dos anos 1970. O mercado financeiro de eurodólares²⁰ estabelecido no final dos anos 1960 ampliou a possibilidade de endividamentos pelos países que necessitavam de capital externo, dentre eles o Brasil, para realização de projetos de alto custo (VELOSO, VILLELA, GIAMBIAGI, 2008).

-

²⁰ Mercado paralelo de dólares que surgiu na Europa a partir dos depósitos em dólares graças ao Plano Marshall (DA SILVA, 2010).

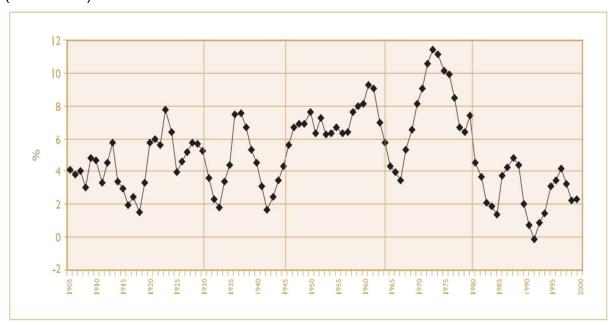


Gráfico 5: Médias móveis quinquenais da taxa de crescimento do PIB brasileiro (1905-2000)

Fonte: IBGE 2006

O impacto do Milagre Econômico explicitou-se no setor industrial, com a produção manufatureira crescendo 15% ao ano em média. A produção de utensílios para o setor de transporte apresentou uma taxa ainda maior: 28,8% ao ano. A produção de aço subiu de 2,8 milhões de toneladas em 1964 para 9,2 milhões de toneladas em 1976. No mesmo período, a produção de cimento passou de 5,6 milhões de toneladas para 19,1 milhões de toneladas, enquanto o número de veículos produzidos por ano saltou de 186.000 para 986.000 (HURRELL, 2013, p.195).

O aumento significativo do setor industrial se refletiu também na urbanização das cidades. A população brasileira aumentou de 41 milhões em 1940 para 93 milhões em 1970. No mesmo período, de acordo com Hurrell (2013, p.195), os trabalhadores no setor da agricultura diminuiram significamente, caindo de 68% para 43%, enquanto o percentual da população que vivia em cidades de mais de 100.000 habitantes aumentou no mesmo período de 31% para 56%.

Com a economia em intenso desenvolvimento, o governo apostou no desenvolvimento da infraestrutura do país como forma de aproximá-lo das nações desenvolvidas, realizando grandes obras que ficaram conhecidas como "Obras Faraônicas". Dentre elas podemos citar, com Souza (2017), as mais conhecidas, como a Hidrelétrica de Itaipu, a ponte Rio-Niterói e a rodovia Transamazônica, que

até hoje não foi concluída. Todas estas obras exigiram que o Brasil realizasse empréstimos de valores que ultrapassavam a marca dos US\$10bi, aumentando a dívida externa do país.

Essa expansão em larga escala na produção interna repercutiu também no papel que o país desempenhava no cenário internacional, destacando o aumento do comércio brasileiro. As exportações alcançaram um crescimento anual de 24% entre 1967 e 1973. No mesmo período, as importações apresentaram um crescimento ainda maior : 27% ao ano. Em valores, as exportações passaram de US\$ 1.654 milhões em 1969 para US\$ 6.199 milhões em 1973, um crescimento médio de 24% ao ano (HURRELL, 2013 p.196).

É importante ressaltar que esse significativo desempenho do comércio brasileiro só foi possível graças a um conjunto de fatores. Em primeira mão, vale destacar a diversificação dos mercados tradicionais. A participação das exportações para os EUA caiu de 26,4% em 1969 para 21,9% em 1974 e para a Europa Ocidental de 46,2% para 37,4%. Já os mercados considerados "não tradicionais" no Terceiro Mundo e nos países socialistas, passaram de 21,5% a 30,3% entre 1969 e 1974 como se pode observar na Tabela 3 (HURRELL, 2013 *apud* Banco Central, 1977).

Tabela 3: Distribuição das exportações brasileiras (1948-1975)

		. 3			(
1948	1960	1964	1967	1969	1974	1975
77.3	85.0	79.7	80.1	78.5	69.7	62.2
43.3	445	33.1	32.9	26.4	21.9	15.4
1.5	1.3	1.5	0.9	1.3	12	1.6
32.5	36.7	43.1	42.9	46.2	39.6	37.4
2	2.5	2.0	3.4	4.6	7.0	7.8
22.3	15.0	20.3	19.1	21.5	30.3	37.8
13.8	7.8	9.7	9.9	11.1	12.4	15.2
1.7	1.0	1.7	1.7	1.1	5.2	4.6
3.3	0.1	1.8	0.7	1.9	3.3	1.0
1.7	0.4	0.9	0.9	1.0	42	5.1
1.8	5.7	6.2	5.9	5.6	5.2	11.9
0.4				*		
1,172	1,268	1,429	1,654	2,311	6,199	8,669
	1948 77.3 43.3 1.5 32.5 - 22.3 13.8 1.7 3.3 1.7 1.8 0.4	1948 1960 77.3 850 43.3 445 1.5 1.3 32.5 36.7 - 2.5 22.3 150 13.8 7.8 1.7 1.0 3.3 0.1 1.7 0.4 1.8 5.7 0.4 -	1948 1960 1964 77.3 850 79.7 43.3 445 33.1 1.5 1.3 1.5 32.5 36.7 43.1 - 2.5 2.0 22.3 15.0 20.3 13.8 7.8 9.7 1.7 1.0 1.7 33 0.1 1.8 1.7 0.4 0.9 1.8 5.7 6.2 0.4 - -	1948 1960 1964 1967 77.3 850 79.7 80.1 43.3 445 33.1 32.9 1.5 1.3 1.5 0.9 32.5 367 43.1 42.9 - 2.5 2.0 3.4 22.3 150 20.3 19.1 13.8 7.8 9.7 99 1.7 1.0 1.7 1.7 33 0.1 1.8 0.7 1.7 0.4 0.9 0.9 1.8 5.7 6.2 5.9 0.4 - - -	1948 1960 1964 1967 1969 77.3 850 79.7 80.1 785 43.3 445 33.1 32.9 264 1.5 1.3 1.5 0.9 1.3 32.5 36.7 43.1 42.9 462 - 2.5 2.0 3.4 4.6 22.3 150 20.3 19.1 215 13.8 7.8 9.7 9.9 11.1 1.7 1.0 1.7 1.7 1.1 33 0.1 1.8 0.7 1.9 1.7 0.4 0.9 0.9 1.0 1.8 5.7 6.2 5.9 5.6 0.4 - - - - -	77.3 850 79.7 80.1 785 69.7 43.3 445 33.1 32.9 264 21.9 15 1.3 1.5 0.9 1.3 12 32.5 367 43.1 42.9 462 39.6 - 2.5 2.0 3.4 4.6 7.0 22.3 15.0 20.3 19.1 21.5 30.3 13.8 7.8 9.7 9.9 11.1 12.4 1.7 1.0 1.7 1.7 1.1 5.2 33 0.1 1.8 0.7 1.9 3.3 1.7 0.4 0.9 0.9 1.0 42 1.8 5.7 6.2 5.9 5.6 5.2 0.4 - - - - - -

Fonte: Intercâmbio Comercial, 1953-1976 e Boletim Mensal Banco Central apud Hurrell, 2013.

3.3 - A Política Externa do Governo Médici (1969-1974) e a URSS.

O modelo desenvolvimentista vigente na época tinha como principal característica a tarefa dos Estados para conquistarem nova relevância na economia de seus países, de forma a possibilitar aos governos iniciarem um novo processo de modernização que, de acordo com Johnson (1982), tinha como prioridade o desenvolvimento econômico atrelado à política industrial. Esse modelo, juntamente com outras políticas econômicas adotadas no período, permitiu que o Brasil atingisse a marca de crescimento acima de 10% ao ano. Assim, o país tinha como ambição se tornar uma nação dentre as mais desenvolvidas até o final do século XX (MIYAMOTO, GONÇALVES, 1993).

Entretanto, com a mudança de governo em 1969, a política externa também sofreu algumas alterações pelo então presidente Médici. Se antes a "diplomacia da prosperidade" buscava uma aliança prioritária com países periféricos, na época chamados de Terceiro Mundo, para contrabalancear o poder das superpotências, o novo discurso da "diplomacia do interesse nacional", adotado por Médici, buscava priorizar relações bilaterais para atingir o desenvolvimento e transformar o Brasil em "Grande Potência" (SOUTO, 2013).

O termo "Brasil Grande Potência" passou a ser utilizado para descrever este objetivo. Para atingir esse objetivo foram elaborados dois documentos: o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970) e o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) (1972-1974).

O principal ponto do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo era colocar o Brasil entre os países considerados desenvolvidos até o fim do século. Para alcançar tal objetivo, seria necessário um crescimento econômico acima de 7% ao ano, conciliando com a modernização tecnológica, aumento do emprego de mão-de-obra e com a política de desenvolvimento voltada para a expansão do mercado interno. A inflação deveria se manter inferior a 10% ao ano até o final do governo para manter o acesso aos produtos pela população (PROGRAMA DE METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO, 1970, p. 30-34).

O I PND, assim como o Programa de Metas e Bases, mantinha em sua essência almejar o desenvolvimento do país, tornando-o membro das nações desenvolvidas. Desta forma, acreditava-se que a manutenção do crescimento do PIB,

o controle da inflação e a criação de novos empregos a longo prazo elevaria o status brasileiro de potência média para super potência. O documento destacava que,

Para isto, pressupunha a manutenção de taxas anuais de crescimento do PIB de 8 a 10%; taxa de expansão do nível de emprego de 3,1%, redução da taxa de inflação até o nível de 10%; disseminação dos resultados do progresso econômico em termos sociais e regionais; estabilidade política e segurança interna e externa (I PND, 1971, p.64).

Com o intuito de levar o país à modernidade, o desenvolvimento da mineração seria um pilar na contribuição da industrialização e do desenvolvimento do país. Além de ser considerado como estratégico para a segurança nacional, a mineração era também a base de sustentação dos diversos projetos do governo para o desenvolvimento do país, evidenciados no Plano de Metas e Bases e I PND, em específico nas áreas da energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A crescente demanda do setor não foi acompanhada na mesma proporção da oferta disponível do Brasil. Esse descompasso levou o país a importar minérios de outros países (FERREIRA NETO, 2019).

Na época, a Escola Superior de Guerra (ESG) enfatizou o potencial que o país vinha adquirindo para chegar ao tão almejado plano de "Brasil Grande Potência", e que o país deveria identificar os empecilhos que ainda não tornavam possível o alcance ambicioso. De acordo com um estudo da ESG,

O Brasil possui todos os requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar grande potência [...] é claro que só a fé nas possibilidades do país poderá servir de incentivo ao esforço necessário para criar e assegurar o desenvolvimento da nosso poder geral (HURRELL, 2013, p.203).

Desta forma, podemos inferir que as políticas econômicas adotadas pelo governo de 1969 a 1974 surtiram efeitos imediatos na economia e na vida de parte da população brasileira, e foram de extrema importância no processo de desenvolvimento industrial e comercial brasileiro, além de avançar significativamente no setor da infraestrutura. Contudo, o crescimento econômico não refletiu na melhora da qualidade de vida da população mais carente, cujos salários permaneciam baixos. Vale ressaltar também que os empréstimos bilionários realizados para o financiamento e a execução das grandes obras, levariam o país a mergulhar em uma crise econômica sem precedentes alguns anos depois, com descontrole da inflação e uma imensa dívida externa.

No campo da politica externa, a adoção de políticas bilaterais com a URSS se manteve no governo Médici (1969-1974), graças à diplomacia do interesse nacional e com um momento de certo atrito que o país vivia com os EUA. "A não assinatura do Brasil no Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), restrições à comercialização do café solúvel brasileiro e a questão dos fretes marítimos no intercâmbio com os Estados Unidos" fizeram também o país a buscar maior diversificação no comércio mundial (GIANFRANCO, 2019, p.307).

A vinda de uma delegação soviética, liderada pelo vice-ministro do Comércio Exterior, V. Alkhimov, para negociar a prorrogação do Protocolo Patolichev, em novembro/dezembro de 1969, marcou o início das relações entre o governo Médici com a URSS. O acordo que expirava no fim daquele ano e apresentou resultados o quanto decepcionantes. Dos US\$100 milhões estabelecidos no acordo, o Brasil só havia utilizado entre US\$4 a 6 milhões (PRIZEL, 1990 *apud* GIANFRANCO, 2019, p.313)

Entretanto, no final das negociações, foi assinado um Protocolo sobre fornecimento de maquinaria e equipamentos da URSS ao Brasil, que substituiria o Protocolo Patolichev. Este acordo estabelecia o financiamento concedido por empresas soviéticas para venda de máquinas e equipamentos aos setores público e privado do Brasil, em um valor de US\$100 milhões (US\$30 milhões em equipamentos e US\$70 milhões em obras civis) entre 1970 e 1974, a serem pagas em até 10 anos, com juros de 3,5% a 3,75% ao ano (BARBOSA, 1969 *apud* GIANFRANCO, 2019, p.313)

A partir deste mesmo ano, houve um aumento na participação brasileira em feiras que ocorriam não só na URSS, mas também em países socialistas vizinhos. Vale ressaltar a participação de empresas brasileiras na feira especializada em couro e calçados em Moscou, a participação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Instituto Brasileiro de Café (IBC) na tradicional Feira da Primavera de Leipzig e eventos semelhantes em Budapeste, na Hungria e Poznan, na Polônia (VIZENTINI, 1998, p. 124). O chanceler brasileiro Gibson Barbosa considerava a Feira de Leipzig "o principal centro de contatos comerciais entre firmas socialistas e ocidentais". O local também se apresentava como oportunidade para a inclusão de produtos ocidentais no mundo socialista (VIZENTINI, 1998).

Em 1970, foi assinado em Moscou um convênio entre as empresas soviética Energomashexport e a brasileira. Centrais Elétricas de São Paulo (CESP). O acordo estabelecia o fornecimento de 41 turbinas hidrelétricas no valor de US\$ 12,5 milhões, fabricadas pelos soviéticos que seriam adquiridos pela Usina de Capivara, em São Paulo. O valor abaixo do mercado era proposital, pois o intuito era atrair cada vez mais o mercado brasileiro. Outro protocolo assinado também em Moscou no mesmo ano foi entre o IBC e a empresa soviética Soyuzplodoimport, referente à exportação de café brasileiro rumo à URSS (VIZENTINI, 1998, p.173; HURRELL, 2013).

Quanto ao comércio marítmo, ainda não havia uma linha direta Brasil-URSS. O Brasil destacava a necessidade de colocar em funcionamento um órgão de consultas sobre assuntos de navegação marítma entre os dois países conforme previsto no Acordo de Comércio e Pagamentos firmado em abril de 1963. O chanceler Barbosa considerava que a "estrutura internacional dos transportes marítimos" se fundamentava no conceito da "liberdade dos mares". Ainda segundo o chanceler, a expansão do comércio marítimo brasileiro auxiliaria

[...] o reconhecimento internacional da política brasileira de marinha mercante, além de retirar das tradicionais potências marítimas, os fundamentos jurídicos de que se vêm utilizando para retaliar contra as medidas concretamente tomadas pelo Governo brasileiro (BARBOSA, 1970 apud GIANFRANCO, 2019, p.315).

Assim, em fevereiro de 1970, o governo brasileiro enviou uma delegação à URSS (chefiada pelo presidente da Superintendência Nacional de Marinha Mercante (Sunamam) com o intuito de concluir o acordo de transportes marítmos. Segundo o chanceler, este acordo poderia influenciar outros países do bloco socialista a também buscar acordos semelhantes com o Brasil, ampliando ainda mais o número de compromissos bilaterais. Contudo, este acordo foi firmado apenas em 1972 (GIANFRANCO, 2019).

Com relação ao transporte aereo, a empresa soviética *Aeroflot* demonstrava interesse em inaugurar voos regulares entre Rio de Janeiro-Moscou (a empresa havia iniciado a rota Moscou-Nova York em 1968). Entretanto, do lado brasileiro, a então maior empresa de aviação do país, Varig, não apresentava interesse em iniciar uma rota que ligasse o país à capital soviética (GIANFRANCO, 2019).

Vizentini (1998, p.173) afirma que no primeiro semestre de 1970, o balanço das exportações brasileiras para a URSS ficou em US\$50 milhões, enquanto as

importações do mesmo ficou em US\$20 milhões. O principal produto brasileiro adquirido pelos soviéticos era o café. Já o Brasil buscava a aquisição de trigo e produtos da indústria química, além de maquinaria pesada.

A retomada dos acordos com os países socialistas pode ser observado com a área do COMECON, que se expandiu rapidamente sob o governo Médici. As exportações brasileiras para a região cresceram 222%, de US\$ 123 milhões em 1970 (4,51% do total das exportações) para US\$ 396 milhões em 1974 (4,98% do total), com as importações aumentando 205% de US\$ 52 milhões (2,06% do total) para US\$ 157 milhões (1,24% do total) (Intercâmbio Comecial 1953-1976, p.91 apud HURRELL, 2013, p. 228).

Apesar dos números parecerem promissores, ao isolar a URSS dos demais membros da COMECON era possível notar, segundo Quadros (2016, p.80) que havia um enorme desequilíbrio comercial a favor do Brasil. As exportações brasileiras consistiam em matérias-primas, especialmente açúcar, algodão e café que, em 1970, representavam 79% do total das exportações ao país socialista. No entanto, embora houvesse uma demanda soviética contínua por esses produtos, havia uma acentuada falta de demanda brasileira por produtos soviéticos. O acordo comercial de 1966, do qual apenas 4% do crédito havia sido utilizado, demonstra que havia uma relutância particular em importar bens de capital soviéticos, em grande parte pautada em dúvidas sobre a qualidade de seus produtos.

Outra causa do desequilíbrio comercial, de acordo com Hurrell (2013) era o sistema de pagamento vigente, ou seja, a URSS pagava à vista os produtos primários brasileiros, enquanto as importações de manufaturados soviéticos eram parceladas. O autor ainda ressalta que os soviéticos buscaram alterar o sistema de pagamentos vigente para o de livre-conversibilidade, sob o argumento de que levaria a um incremento nas trocas comerciais de ambos os lados. O Brasil recusou tal proposta, assim como outra que visava o estabelecimento de uma instituição bancária soviética no país. Barbosa considerava que "uma maior presença de pessoal de países comunistas" era um "risco potêncial" para a política bancária e financeira do governo brasileiro.

Apesar do empenho em intensificar suas relações, o comércio bilateral de ambos os países ainda apresentava níveis baixos, se comparado com o total transacionado pelo Brasil. Ainda no governo Médici, a URSS buscou fortalecer os

laços com o Brasil para aumentar as trocas bilaterais de ambos países. A URSS se queixava pelos altos saldos comerciais que eram favoráveis ao Brasil, por isso buscava apresentar novos produtos para que a balança comercial de ambos países ficasse mais equilibrada. Parte desse desequilíbrio estava presente na forma de pagamento que cada país adotava; enquanto a URSS pagava à vista pelos produtos primários brasileiros, as importações de máquinas e equipamentos soviéticos eram pagas de forma parcelada (GIANFRANCO, 2019; CERVO 2008).

Tendo em vista o fortalecimento de suas parcerias e a diminuição do desequilíbrio na forma de pagamento, os dois países criaram um novo sistema, que adotava a livre conversibilidade dos meios de pagamentos²¹. Este acordo foi assinado em maio de 1969 (VIZENTINI, 1998, p. 124).

A partir de 1971, observando o Gráfico 6, percebe-se um leve crescimento nas exportações para o bloco soviético e também para a URSS, após uma queda mais acentuada entre 1969 e 1970. Nota-se também que as importações soviéticas não obtiveram ganhos ao longo do governo Médici e permaneceram bem abaixo dos valores registrados pelos governos militares que o antecederam como se pode ver na Gráfico 7.

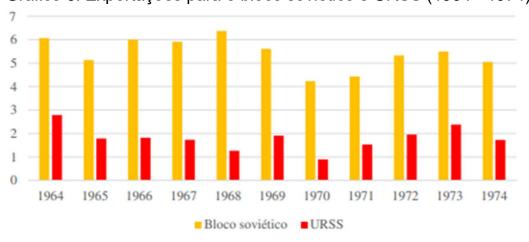


Gráfico 6: Exportações para o bloco soviético e URSS (1964 - 1974)

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.265

-

²¹ Padronização dos pagamentos, conversão direta entre as moedas dos países envolvidos. Para isso os países precisam estabelecer normas que evitem uma flutuação elevada em sua taxa de câmbio (GILMAN, 1990).

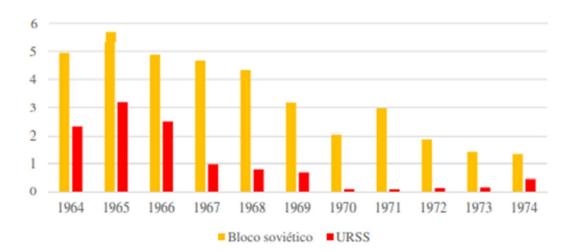


Gráfico 7: Importações do bloco soviético e URSS (1964 - 1974)

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.265

Podemos afirmar, com base nas informações dos Gráficos 6 e 7, que a partir de 1971 houve um ganho qualitativo e quantitativo nas relações entre Brasil e URSS, que entraram em um estágio mais construtivo. No mesmo ano, o Brasil se tornou o segundo maior parceiro comercial da Rússia na América Latina. Já em 1972, o comércio bilateral superou a marca alcançada em 1963, ainda no governo de Goulart. Por fim, de acordo com Blasier (1987, p.35), em outubro de 1972 os países assinaram o acordo de navegação bilateral, que ampliou as oportunidades de interação de ambos os países.

O Brasil passou a adquirir mais produtos soviéticos, como equipamentos elétricos, escavadeiras, tratores, cimento, relógios e maquinário para imprensa e laboratório. Ainda assim, a balança comercial permanecia altamente favorável para o Brasil: a URSS importava 10 vezes mais do que exportava para o Brasil (VIZENTINI, 1988, p.177).

Em seguida, o ano de 1973 foi crucial para as relações entre as duas Nações. Com a alta no preço do petróleo, o Brasil iniciaria um período de crise nos anos posteriores que duraria mais de uma década. Com esse aumento, o Brasil encontrou uma forma de utilizar os seus grandes superávits comerciais, para trocar suas mercadorias pelo petróleo soviético. Desta forma, entre 1973 e 1975 as exportações de Moscou para o Brasil mais que duplicaram. Neste mesmo período, dos US\$ 129,3 milhões exportados ao Brasil, US\$ 123 milhões correspondiam ao petróleo e seus derivados (MUJAL-LÉON, 1988, p.334-336). Com a crise, o aumento dos bens de

capital ocidentais fez o Brasil reavaliar a possibilidade de importar ainda mais produtos provenientes da URSS, que aumentaria de forma bastante expressiva entre 1974 e 1976, apresentando uma queda de 1976 a 1978, e uma forte retomada a partir de 1979, como se pode observar no Gráfico 8 abaixo.

Gráfico 8: Comércio Brasil-URSS (1959-1985) em milhões US\$. Valores exportação FOB e importação CIF

Fonte: IBGE apud GIANFRANCO, 2019 p.399

Concluímos que, durante regime militar, mais especificamente no governo Médici, apesar de não ter tido um incremento significante nos valores de trocas comerciais, o país demonstrou um acentuado interesse nos produtos industrializados soviéticos. Posteriormente, o petróleo se tornou o produto soviético mais ensejado, já que a URSS se apresentava como válvula de escape para adquirir o produto por um valor mais acessível a partir da década de 1970, e se tornou a principal fonte que alavancou de forma mais expressiva o comércio de ambos países e nos governos que sucederam o de Médici.

Poderia se esperar que, com o Golpe de 1964, o Brasil rompesse novamente os laços diplomáticos e comerciais com a URSS, mas como ficou evidenciado neste estudo, essa ruptura de fato não ocorreu. Devido à conjuntura internacional favorável

do momento, destacando o período denominado de *détente* pelos historiadores, que coincide com o período do tema aqui tratado, e também com os interesses econômicos e comerciais que o Brasil almejava, o país conseguiu superar as questões ideológicas que, nesse caso, estrategicamente, se restringiram em sua maioria nas políticas sociais internas, sob argumentação da Segurança Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo apresentado traz reflexões sobre as condutas dos Estados acerca de seus rivais em questões políticas e ideológicas durante a Guerra Fria. Como dito pelo então Secretário de Estado dos EUA na época, John Foster Dulles: "Não há países amigos, mas interesses comuns". Esta frase evidencia o período que compreendeu os governos militares no Brasil, entre 1964 e 1985, quando interesses econômicos se sobressaíram em relação às questões políticas e ideológicas no que tange a política externa.

Os rompimentos nos laços econômico e diplomático entre Brasil e URSS em 1917 e 1947 apresentados nos mostraram que as relações entre dois países, sobretudo comerciais, foram e devem ser feitas de maneira pragmática, visando os interesses da Nação e não de governos, evitando e não permitindo interferências ideológicas nos processos decisórios.

Ao longo do governo Médici, objeto de estudo dessa monografia, as relações bilaterais não representaram um salto expressivo no comércio com a URSS, mas se apresentaram como ponto chave, em específico nos últimos anos de seu mandato, para dar início a uma relação mais aprofundada a partir do governo de Ernesto Geisel (1974-1979), que se estenderia até o fim da URSS em 1991. Como demonstramos, o Brasil tinha como principais interesses a obtenção de insumos, sobretudo manufaturados para o seu desenvolvimento econômico, como peças e investimentos para obras de infraestrutura, gerar condições mais favoráveis para compras e pagamentos de produtos soviéticos e o fornecimento de matérias-primas, como o petróleo.

Por sua vez, a URSS tinha um grande interesse em marcar sua presença econômica na maior potência sul-americana, situada sob o campo de influência de Washington. Isso se evidencia quando o Brasil se torna o segundo maior parceiro comercial na América Latina a partir dos anos 1970, e explica também o que motivou a URSS a manter relações, mesmo que deficitárias e desvantajosas com o Brasil. Pela análise feita, percebe-se que o Brasil obteve um saldo comercial extraordinário com a URSS, com um superávit acumulado durante todo o Regime Militar de cerca de US\$ 4,2 bilhões como nos afirma Guimarães (2000, p. 423-424).

Como evidenciamos neste estudo, com o choque do petróleo em 1973, o Brasil, liderado por Médici, encontrou, estrategicamente, na URSS uma forma de aquisição do produto por um valor abaixo daquele comercializado pelas potências ocidentais, sendo este o ponto central para que ocorresse um crescimento exponencial no comércio entre ambos países nas décadas seguintes.

Desta forma, concluímos que, apesar do Brasil e da URSS terem dois sistemas de organização socioeconômica completamente opostos e antagônicos, o governo Médici não optou por romper as relações, sobretudo econômica, com o principal representante do bloco socialista. Apesar das diferenças ideológicas não terem sido suficientes para abandonar o parceiro comercial soviético, uma aproximação mais nítida de fato aconteceu de forma mais visível entre os dois países somente nos últimos governos do Regime Militar, devido à crescente demanda por petróleo soviético com as duas crises do petróleo na década de 1970, que impactou os países em desenvolvimento, como era o caso do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARINOS FILHO, A. **Diplomacia independente:** um legado de Afonso Arinos. São Paulo, 2001.

ARNAULT, Luiz (tradutor). **Tratado da Santa Aliança (setembro de 1815)**. UFMG, s/d. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/hist_discip_grad/staalnc.pdf. Acesso em: 7 de out. 2020.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo, Ed. Ática, 1980.

AVILA, Carlos Federico Domíngez. A crise dos mísseis soviéticos em Cuba (1962): um estudo das iniciativas brasileiras. Belo Horizonte, **Varia História**, vol. 28, nº 47, p.361-389, 2012.

Banco do Brasil, CACEX, **Intercâmbio Comercial 1953-1976.** Rio de Janeiro, vol. 1, 1977

BARBOSA, Pedro Henrique Batista. **As Tarifas Alves Branco: entre o protecionismo e a preocupação fiscal**. Brasília, 2014.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas:** Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade. São Paulo, Ed. UNESP, 2012.

BLASIER, Cole. **The Giant's Rival:** The USSR and Latin America. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1989.

BRAGA, Paulo Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 e 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. Brasília, **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol.42 nº2, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política**. São Paulo: Ed. Lua Nova, 2017.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A Política Econômica do Governo Kubitschek (1956 – 1961):** O Discurso em Ação. Porto Alegre, UFRGS, 2007.

CERVO, Amado. Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Brasília, Revista Brasileira de Política Internacional,** vol.46, nº2, 2003.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil.** Brasília: Ed. UnB, 4ª edição, 2011.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura:** Brasil: 1964-1985. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

FARIAS, Rogério de Souza. **Edmundo P. Barbosa da Silva e a construção da diplomacia econômica brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017.

FERREIRA NETO, Maria Cristina Nunes. **Política, Razão e Desrazão:** Dimensões políticas e históricas do polo minero-químico industrial de Catalão/Ouvidor (1962-1992). Curitiba: Ed. Brazil Publishing, 2019.

FICO, Carlos. **Além do Golpe:** versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FITZPATRICK, Sheila; RABINOWITCH, Alexander; STITES, Richard. *Russia in The Era of NEP. Indiana University Press*, 1991.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, 2005.

GASPARI, Elio. A ditadura envergonhada. Rio de Janeiro, 2ºed. Ed Intrínseca, 2014.

GIANFRANCO, Caterina. **Um Grande Oceano:** Brasil e União Soviética Atravessando a Guerra Fria (1947-1985). Rio de Janeiro, FGV CPDOC, 2019.

GILMAN, Martin G. Em busca da conversibilidade monetária. **Finanças & Desenvolvimento.** 1990.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, vol. 6, nº 12, 1993.

Guerra Fria, Disputa Econômica, Diplomática e Tecnológica entre os Estados Unidos e URSS (1945-1991). **Enciclopédia Global.** Disponível em: http://www.megatimes.com.br/2012/02/guerra-fria-estados-unidosurss.html. Acesso em: 2 de set. de 2020.

GUIMARÃES, Lytton Leite. **Brasil-URSS:** Os processos de Mudança e as Relações Bilaterais. São Paulo, 2000.

HURRELL, Andrew. *The Quest For Autonomy:* The Evolution of Brazil's Role on International System 1964-1985. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

ISIKOFF, Michael; CORN, David. **Roleta Russa:** Os bastidores da Guerra de Putin à ameaça e a eleição de Donald Trump. Nova York, Ed. Marta Ramires, 2018.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências.** Rio de Janeiro, Campus, 2007.

KOMISSAROV, Boris N. As relações diplomáticas e comerciais entre Rússia e Brasil na época de Langsdorff. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 1977.

LE. Quynh: 40 anos depois: Dez coisas que você talvez não saiba sobre a Guerra do Vietnã. **BBC News Brasil**, 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150430_vietna_guerra_fatos_pai. Acesso em: 5 de set. de 2020.

LIEVEN, Dominic. *The Cambridge History of Rússia: Imperial Russia, 1689-1917.* Vol. 2, *Cambridge University Press,* 2006.

LINPKIN, Mikhail. *Avril,* 1952, la conférence économique de Moscou: changement de tactique ou innovation das la politique extérieure stalinienne? Presses Universitaires de France, 2011.

LYRA, Heitor. História de Dom Pedro II: 1825-1891. Ed. Nacional, Vol. 2º, 1939.

MANZUR, Tânia Maria P. G. **A política externa independente (PEI):** antecedentes, apogeu e declínio. São Paulo, Ed. *Lua Nova*, 2014.

MARTINS, Carlos Estevam. **A evolução da política externa brasileira na década 64/74.** CEBRAP, nº 12, 1975.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KRILOW, Letícia Sabina Wermeier. **A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil:** a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na imprensa brasileira. Porto Alegre, PUC RS, 2015.

Milagre Econômico Brasileiro. **FGV CPDOC**, 2009. Disponível em: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/milagre-economico-brasileiro. Acesso em: 6 de out. 2020.

MILLER, Nicola. **Soviet Relations with Latin América, 1959-1987.** Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. Locus: Revista de História, v. 13, n. 2, 11.

MOURA, Gerson. **Relações Exteriores do Brasil, 1939-1950**. Brasília: FUNAG, 2012.

MUJAL-LEÓN, Eusebio. *The USSR and Latin America:* A Developping Relationship. Boston: Unwin Hyman, 1988.

NUMAIR, Eliane. **Brasil e Rússia:** Do Confronto Ideológico à Parceria Estratégica. Curitiba, nº9, p.123-148, 2009.

ORTEGA, Letícia. **Tradição e Ruptura:** O Brasil e o Regime Internacional de Não Proliferação Nuclear. Curitiba, Ed. Appris, 2018.

PATTI, Carlo. Brazil in Global Nuclear Order. Florença, 2012.

QUADROS, Bruno Quadros e. Rússia: artigos e ensaios de política externa, 2016.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. Revista Brasileira de Política Internacional. vol.43, n.1, 2000.

RUPPRECHT, Tobias. **Socialist high modernity and global stagnation:** a shared history of Brazil and the Soviet Union during the Cold War. Journal of Global History, Vol. 6, p. 505-528, 2011.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **Dois gigantes e um condomínio:** da guerra fria à coexistência pacífica (1947 - 1968). São Paulo, Ed. Saraiva, 2008.

SATO, Eiiti. 40 anos da política externa brasileira, 1958-1998: Três reflexões. **Revista Brasileira de Política Internacional.** Brasília, vol. 41, 1998.

SILVA, Paulo Roberto da. **Origem e Desenvolvimento do Sistema Financeiro Internacional:** do Padrão-ouro à Crise de 2008. São Paulo, 2010.

SIMÕES, Gustavo da Frota. **Política Externa do Governo Castello Branco (1964-1967) Para o Continente Americano.** Brasília, UNB, 2010.

SOARES, Maria Susana Arrosa. **Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina.** UFRGS, s/d.

SOUTO, Cíntia. A Diplomacia do Interesse Nacional - A Política Externa do Governo Médici. Rio de Janeiro: 2ºed. rev. Biblioteca do Exército, 2013.

SOUZA, Ismara Izepe de. A política externa brasileira durante o período militar (1964-1985): um balanço historiográfico. Natal, 2013.

THORSTENSEN, Vera; RAMOS, Daniel; MULLER, Carolina. **O princípio da nação** mais favorecida e os desalinhamentos cambiais. Brasília, 2001.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. **Determinantes do** "**Milagre" Econômico Brasileiro (1968-1973):** Uma Análise Empírica. Rio de Janeiro, vol. 2, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.